

UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS – ICSA
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS – DEECO

**MIGRAÇÃO NA ZONA DA MATA MINEIRA NO INICIO
DO SÉCULO XXI**

BETÂNIA APARECIDA DE PAULA

MARIANA – MG

2022

BETÂNIA APARECIDA DE PAULA

**MIGRAÇÃO NA ZONA DA MATA MINEIRA NO INICIO
DO SÉCULO XXI**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Ouro Preto, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador: Prof. Dr. André Mourthé de Oliveira

SISBIN - SISTEMA DE BIBLIOTECAS E INFORMAÇÃO

P324m Paula, Betania Aparecida De.
Migração na Zona da Mata mineira no início do século XXI.
[manuscrito] / Betania Aparecida De Paula. - 2022.
53 f.: il.: color., gráf., tab., mapa.

Orientador: Prof. Dr. André Mourthé Oliveira.
Monografia (Bacharelado). Universidade Federal de Ouro Preto.
Instituto de Ciências Sociais Aplicadas. Graduação em Ciências
Econômicas .

1. Café - Cultivo. 2. Migração rural-urbana - Séc. XXI. 3. Zona da Mata
(MG : Mesorregião). I. Oliveira, André Mourthé. II. Universidade Federal de
Ouro Preto. III. Título.

CDU 304.4

Bibliotecário(a) Responsável: Essevalter De Sousa-Bibliotecário ICSAUFOP-CRB6a1407



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
REITORIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E
APLICADAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS
ECONÔMICAS



FOLHA DE APROVAÇÃO

Betânia Aparecida de Paula

Migração na Zona da Mata mineira no início do século XXI

Monografia apresentada ao Curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas

Aprovada em 03 de fevereiro de 2022

Membros da banca

Doutor - André Mourthé de Oliveira - Orientador (Universidade Federal de Ouro Preto)
Doutor - Francisco Horácio Pereira de Oliveira - (Universidade Federal de Ouro Preto)
Doutor - José Artur dos Santos Ferreira - (Universidade Federal de Ouro Preto)

André Mourthé de Oliveira, orientador do trabalho, aprovou a versão final e autorizou seu depósito na Biblioteca Digital de Trabalhos de Conclusão de Curso da UFOP em XX/XX/XXXX



Documento assinado eletronicamente por **Andre Mourthe de Oliveira, PROFESSOR DE MAGISTERIO SUPERIOR**, em 03/02/2022, às 16:00, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site

[http://sei.ufop.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.ufop.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)

[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.ufop.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0275278** e o código CRC **09E522D2**.

Referência: Caso responda este documento, indicar expressamente o Processo nº 23109.001318/2022-19

SEI nº 0275278

R. Diogo de Vasconcelos, 122, - Bairro Pilar Ouro Preto/MG, CEP 35400-000

Telefone: - www.ufop.br

AGRADECIMENTO

Agradeço a Deus por ter me acompanhado até aqui me dando forças para que este momento viesse acontecer. Agradesço também à minha mãe e meus irmãos que sempre me deram força para não parar, para não desistir.

Aos colegas de curso que tornaram mais leve a caminhada, em especial à Katia Marques, Felipe de Paula e Felipe Noronha, que foram mais que amigos nas horas boas e nas horas difíceis durante todo o curso e na vida.

Aos amigos que fiz no trabalho que tornaram tranquila a conciliação trabalho/Universidade facilitando a jornada.

À toda a universidade que me trouxe tantas coisas boas desde que vim para esta cidade e em especial ao meu orientador André Mourthe pelo seu conhecimento, sabedoria e pela paciência que teve comigo a todo tempo. Uma pessoa admirável.

Enfim, gratidão por este momento e à todos que de alguma forma contribuíram para que acontecesse.

“A tarefa não é tanto ver aquilo que ninguém viu, mas pensar o que ninguém ainda pensou sobre aquilo que todo mundo vê. ”

Arthur Schopenhauer

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1- Distribuição da população brasileira por situação de domicílio – 1950/2010.....	13
Gráfico 2- Porcentagem de mulheres no meio rural no Brasil - 1970/2010.....	19
Gráfico 3- O tipo de mão de obra mais utilizado de acordo com o tamanho das propriedades...	31
Gráfico 4- As microrregiões que formam a região da Zona da Mata.....	34
Gráfico 5- Outras atividades desenvolvidas de acordo com o tamanho das propriedades.....	35
Gráfico 6- Distribuição da produção conforme rentabilidade de acordo com o tamanho da propriedade.....	35
Gráfico 7- Porcentagem dos tipos de bebida do café produzido na região.....	37
Gráfico 8- Participação relativa dos estados na produção brasileira- 2021.....	37
Gráfico 9- Produção cafeeira nacional e estadual em mil toneladas- 2010/2019.....	38
Gráfico 10- Produção cafeeira na Zona da Mata – 2010/2019.....	39
Gráfico 11- Variação dos preços da saca de café comercializado na Cooxupé – 2015/2021...	40
Gráfico 12- Distribuição dos cafeicultores da Zona da Mata por idade.....	41
Gráfico 13- Frequência dos níveis de escolaridade dos cafeicultores da Zona da Mata de acordo com o tamanho da propriedade.....	41
Gráfico 14- Crescimento populacional urbano em %.....	42
Gráfico 15- Crescimento populacional rural em %.....	43
Gráfico 16- População residente na Zona da Mata dividida entre rural e urbano – 1991/2000/2010.....	43
Gráfico 17- Percentual rural da população da Zona da Mata por sexo – 1991/2000/2010.....	44
Gráfico 18- Distribuição da população rural e urbana na microrregião de Manhuaçu-MG...	44

LISTA DE TABELA

Tabela 1- Proporção de pessoas que trabalham na cafeicultura segundo as etapas de produção, por tipo de propriedade.....	30
-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	----

RESUMO

O presente trabalho faz uma análise sobre o êxodo rural, suas principais causas e consequências, a partir da região da Zona da Mata Mineira, principalmente da parte onde prevalece a cafeicultura. O objetivo é identificar se prevalece nessa região o êxodo rural e se a atividade cafeicultora pode evitar essa evasão no campo. Para isso, no primeiro capítulo analisaremos o êxodo rural no país, principalmente pós 1930, sobre o perfil desses retirantes que são formados principalmente por jovens, e em alguns momentos com maioria feminina, e que buscam uma melhor condição vida. Neste também discutimos sobre o aumento da presença de idosos no meio rural e como tudo isso faz com que a população destes locais se tornem mais masculinizadas e idosas. No capítulo seguinte é analisada a região da Zona da Mata, uma região essencialmente rural em sua maioria. Selecionamos a atividade cafeicultora e apresentamos suas principais características e de suas lavouras, tais como as questões físicas e ambientais interferem nas plantações, os principais tipos de produto produzidos na região, o tamanho da produção, da renda e as dificuldades dos produtores, entre elas a mão de obra na época da colheita. A alta demanda de mão de obra na época da colheita ainda não é totalmente suprida e como ainda não é viável o uso de determinadas tecnologias na região devido aos elevados custos da produção para um conjunto amplo de produtores. Por fim, na conclusão, percebemos que na região analisada o processo de êxodo rural também ocorreu, porém em menor intensidade comparativamente a algumas regiões mineiras e brasileiras. Os jovens da Zona da Mata também vão para as cidades em busca de estudos ou melhores condições de trabalho. Nessa migração prevalece os jovens do sexo feminino e o processo de envelhecimento e masculinização da população também ocorre, e durante alguns momentos o crescimento populacional nessa região apresentou taxas negativas, embora seja possível observar uma pequena melhora nessas taxas no período mais recente.

Palavras chave: Êxodo rural, cafeicultura, Zona da Mata Mineira.

ABSTRACT

The present work analyzes the rural exodus, its main causes and consequences, from the Zona da Mata Mineira region, mainly from the part where coffee farming prevails. The objective is to identify if the rural exodus prevails in this region and if the coffee growing activity can prevent this evasion in the countryside. For this, in the first chapter we will analyze the rural exodus in the country, mainly after 1930, on the profile of these migrants who are formed mainly by young people, and at times with a female majority, and who seek a better life condition. In this one, we also discussed the increase in the presence of elderly people in rural areas and how all this makes the population of these places become more masculinized and elderly. In the following chapter, the Zona da Mata region is analyzed, an essentially rural region for the most part. We selected the coffee growing activity and presented its main characteristics of its crops, such as the physical and environmental issues that affect the plantations, the main types of product produced in the region, the size of production, income and the difficulties of producers, among them the hand of work at harvest time. The high demand for labor at the time of harvest is still not fully met and the use of certain technologies in the region is not yet feasible due to the high production costs for a wide range of producers. Finally, in the conclusion, we realized that in the analyzed region the process of rural exodus also occurred, but at a lower intensity compared to some regions of Minas Gerais and Brazil. Young people from Zona da Mata also go to cities in search of studies or better working conditions. In this migration, young females prevail and the process of aging and masculinization of the population also occurs, and for some moments, the population growth in this region showed negative rates, although it is possible to observe a small improvement in these rates in the most recent period.

Keywords: Rural exodus, coffee growing, Zona da Mata Mineira.

Sumário

1 INTRODUÇÃO.....	10
2 O ÊXODO RURAL AO LONGO DOS TEMPOS E SUAS CARACTERÍSTICAS...12	
2.1 AS ONDAS DE MIGRAÇÃO NO BRASIL.....	12
2.1.1 A modernização no campo.....	14
2.2 O NOVO PERFIL DA MIGRAÇÃO RURAL: A MAIS NOVA ONDA DE MIGRAÇÃO.....	15
2.2.1 A evasão das moças.....	17
2.2.2 A masculinização da população rural.....	19
2.3 O ENVELHECIMENTO DA POPULAÇÃO RURAL.....	20
3 A REGIÃO DA ZONA DA MATA MINEIRA.....	23
3.1 A FORMAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DA REGIÃO.....	23
3.1.1 Breve histórico da ocupação da região.....	25
3.2 A FORMA DE PRODUÇÃO.....	28
3.2.1 A utilização da mão de obra na colheita.....	30
3.3 CARACTERÍSTICAS DA ZONA DA MATA E DA SUA PRODUÇÃO NOS DIAS ATUAIS.....	33
3.3.1 As características da produção.....	34
3.3.2 Característica das lavouras e do produto.....	36
3.3.3 Perfil da população e dos produtores.....	40
4 Conclusão.....	46
Referências.....	48

1 INTRODUÇÃO

Face ao crescimento no número de jovens que deixam o meio rural por não encontrarem oportunidades produtivas e suas necessidades quanto às aspirações educacionais e profissionais, cabe analisar o que interfere na decisão de ficar ou partir desses jovens e como essa migração seletiva vem moldando as características da população rural. Há tempos se discute no Brasil a questão do êxodo rural; no entanto, a ênfase dessas discussões, quase sempre é voltada para as questões sociais e econômicas desencadeadas nas cidades que, despreparadas no que se refere à infraestrutura, recebem esses retirantes.

Outra ótica do problema a ser analisado, porém, é pelas regiões que perdem esses habitantes. As questões sociais e econômicas afetadas pela saída desses moradores, ultimamente composta principalmente por jovens, em sua maioria moças, podem trazer profundas transformações no meio rural. São vários os motivos que podem justificar essa saída de grandes grupos do campo ao longo dos anos. Mas é observável que quase sempre esses motivos giram em torno da precariedade de condições de ascensão social e econômica no campo e as melhores opções e possibilidades ofertadas pelas cidades.

Esses deslocamentos foram muito intensos por volta dos anos 1980, embora já viesse ocorrendo desde os anos 1930, com o desenvolvimento das relações comerciais e industriais nas cidades. A população, como acreditam vários economistas, de tempos em tempos, se comporta como “manada” em busca sempre de melhores oportunidades econômicas, porém há muitos motivos que levam os indivíduos a querer afastar-se do grupo quando não se encontram mais em situação desfavorável economicamente, como explica Matos (2012). Algumas pessoas acabam voltando para o campo quando mais velhas e outras por questões muitas vezes pessoais e sociais decidem não sair.

Este trabalho se justifica pela necessidade de compreensão quanto às mudanças da atual constituição da população rural que com a saída dos jovens, em sua maior parte das moças, vêm deixando no campo uma população constituída em sua maioria por homens e idosos. Nesse sentido, será verificado se e como esse novo formato interfere na organização econômica dessas comunidades e se a região da Zona da Mata Mineira também sofreu ou sofre com essas alterações no que diz respeito à mão de obra.

Para este estudo, o trabalho foi dividido da seguinte forma: no primeiro capítulo faremos uma breve exposição da questão migratória no Brasil, com ênfase no êxodo rural, até os anos atuais, sobre os motivos das moças serem mais propensas a evasão do campo, a “masculinização” rural e a questão do envelhecimento dessa população e discorreremos sobre

essa evasão, se é realmente observável nos dias de hoje, se houve mudanças nos grupos de pessoas que saem do meio rural e sobre a mão de obra nesse local. Na segunda parte, direcionaremos a análise para a região da Zona da Mata Mineira, com uma breve análise da sua formação e do seu desenvolvimento econômico, abordando também as questões específicas da produção cafeeira nesta região, se todas essas questões do êxodo rural foram observadas, sobre a questão da mão de obra e se teve alguma alteração com a evasão de algum grupo do meio rural. E, por fim, será apresentada uma breve conclusão.

2 O ÊXODO RURAL AO LONGO DOS TEMPOS E SUAS CARACTERÍSTICAS

2.1 AS ONDAS DE MIGRAÇÃO NO BRASIL

Uma das primeiras e notadamente importante onda de êxodo rural no Brasil foi a que ocorreu a partir de 1930, com fortes influências da crise mundial ocorrida nesse ano. O principal produto agrícola de exportação, o café, teve uma grande desvalorização e queda na exportação, o que prejudicou fortemente as grandes fazendas levando a crise para a cafeicultura.

Paralelo a isso o Brasil passava também por mudanças governamentais. Com a ascensão de Getúlio Vargas ao poder, muitas mudanças surgiam favoráveis à criação de centros urbanos, com um número cada vez maior de imigrantes em busca de novas oportunidades.

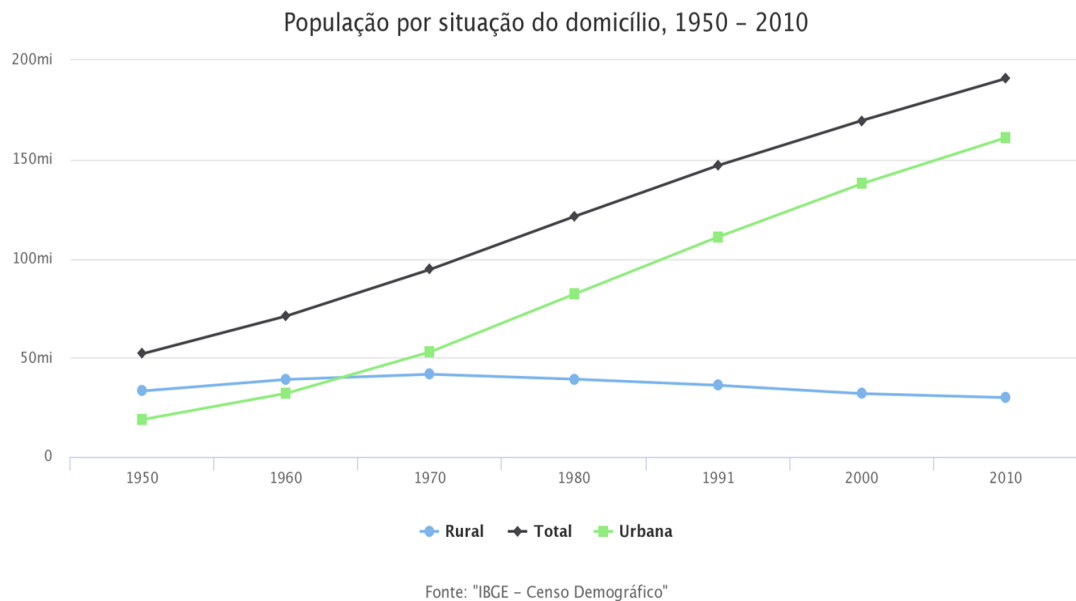
Desde a grande depressão de 1929 e a consequente quebra da cafeicultura, a Revolução de 1930 trouxe um inédito período em que o Estado esteve sob o comando de uma nova elite que submeteu o país a uma série de mudanças que alteraram profundamente a base econômica e social do Velho Brasil rural (MATOS, 2012, p.13).

O crescimento das indústrias, um maior investimento do governo no desenvolvimento do comércio, em transporte, comunicação, direitos para os trabalhadores, infraestrutura, intervenção em preços, em créditos e juros e tudo mais, proporcionou um atrativo altamente desigual para as cidades em relação ao campo. O cidadão não vê melhor alternativa que abandonar a vida precária no campo em busca de novas possibilidades.

A próxima época de grande destaque foi entre os anos de 1950 e 1970, quando a industrialização já se encontrava amadurecida e as iniciativas do Estado traziam novas expectativas em relação à vida urbana, principalmente com a construção de Brasília e suas contribuições diretas e indiretas no desenvolvimento da economia. Dava-se início, então, a essa nova fase da urbanização e migração de camponeses para as cidades.

A industrialização além de intensiva se tornou multissetorial a partir da implantação da indústria de bens correntes, da indústria de bens de capital e das grandes infraestruturas em transporte e energia elétrica. Com isso desestabilizou-se de vez a vida no campo e antigas interdições à saída de mão de obra das fazendas desfizeram-se, o que acarretou o surgimento de um formidável êxodo rural (MATOS, 2012, p.13).

A urbanização na época do ‘milagre econômico’, de 1967 a 1973, foi realmente grandiosa, dados os acontecimentos já relatados e ainda o próprio crescimento inercial da população, pois a taxa de natalidade, embora começasse a diminuir, ainda era alta e houve certa redução nas taxas de mortalidade dado as melhores condições para tratamentos de doenças que os migrantes rurais encontravam nos grandes polos em relação ao campo.



Fonte: Extraído de Séries históricas – Censos Demográficos do IBGE

Gráfico 1. Distribuição da população brasileira por situação de domicílio - 1950/2010

A partir daí a urbanização brasileira vem crescendo a taxas altamente incríveis, como se pode observar quanto ao aumento da população urbana no gráfico 1 acima, e com isso diminuindo o número da população rural. Os crescentes números de atrativos da cidade e as dificuldades encontradas no campo, principalmente no período, dado também ao esgotamento de áreas de fronteiras agrícolas, fez com que surgissem os grandes centros de altas concentrações demográficas.

Entre 1970 e 2010, a participação da população rural caiu de 44% para 15,6%, o que qualifica a velocidade do processo de urbanização no Brasil. Ainda assim, em termos absolutos a população rural brasileira continua expressiva, totalizando 30 milhões de pessoas em 2010, contingente superior ao de praticamente todos os países da América Latina, exceto a Argentina (MAIA, BUAINAIN, 2015, p.2).

É interessante observar sobre essa saída de pessoas do meio rural que, até por volta dos anos 1990, a população que se retirava do campo já era em sua maior parte composta por mulheres, mas também homens já em idade adulta, às vezes com toda a família. A maioria das mulheres que se aventuravam na mudança para as cidades buscavam melhores oportunidades, inclusive sociais, uma vez que sua condição no meio rural era e ainda é socialmente muito inferior à dos homens no campo. Não tinham, no campo, perspectivas de nenhuma melhora econômica, o trabalho era muito árduo e não reconhecido. A solução era a cidade e suas opções de trabalho em lojas, de ajudante ou como empregada doméstica.

2.1.1 A modernização no campo

Com o desenvolvimento das indústrias e da tecnologia em geral, modernizou-se também as formas de produção no meio rural. Novas máquinas, equipamentos, produtos para proteger e aumentar a produção por área cultivada e tudo mais para facilitar e agregar maiores lucros à produção.

Paralelo a isso tudo, como tinha que ser, veio a diminuição no número de mão de obra necessária para o cultivo. Com as novas máquinas e meios de produção era possível se produzir muito mais com muito menos mão de obra. Toda essa inovação modificou todo o sistema produtivo agrícola, de tal modo que todos os produtores sentiram de alguma forma essas mudanças. Aumentando o cultivo para os grandes proprietários, dando lugar ao crescimento da monocultura de acordo com cada região e de certa forma encurralando os pequenos produtores que não conseguiam acompanhar esse progresso.

A modernização da agricultura alterou os sistemas produtivos agrícolas na medida em que os agricultores foram sendo pressionados a se integrar aos mercados e às cadeias produtivas. Isto gerou distintas formas de produção e enfatizou a heterogeneidade e a diversidade das regiões rurais. Modificaram-se, dessa forma, os diferentes territórios e as inúmeras formas de aproveitamento produtivo dos recursos oferecidos pelas vantagens competitivas e comparativas das explorações agropecuárias (TOLEDO; TONI, 2016, p.90).

Há outra consequência da modernização da produção rural em respeito aos pequenos produtores. Alguns não tinham condições de acompanhar a modernidade e desta forma produziam bem menos. As terras, assim, quase não davam retorno para manter a produção. Além disso, era pertinente a questão da mão de obra, que havia diminuído, pois o número de filhos por família vinha reduzindo e alguns desses filhos optavam por buscar melhores oportunidades de estudo e melhores salários na cidade.

A oferta de trabalhadores na agropecuária está diretamente relacionada à expressiva decomposição das famílias rurais, causada pela redução do número de filhos. Esse processo é ampliado pelo êxodo seletivo da mão de obra e redundante em diminuição de trabalhadores para as ocupações na agropecuária e para a economia em geral. (TOLEDO; TONI, 2016, p.96).

Essas foram algumas das barreiras enfrentadas pelo pequeno produtor. Muitos se viram forçados a se desfazer de suas posses em favor dos grandes produtores, outros se viram produzindo em nível de subsistência e alguns poucos conseguiam manter-se. Alguns desses

pequenos produtores conseguiam manter ainda a produção pelos incentivos que passaram a receber quanto a empréstimos, financiamentos e facilitações para a produção rural fornecido pelo governo. O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), por exemplo.

Nas décadas de 1980 e 1990 ocorre a adoção de medidas neoliberais, o afastamento da intervenção estatal, a abertura dos mercados nacionais, a privatização de empresas estatais e o agravamento dos problemas sociais no campo e nas cidades, emergindo com força movimentos sociais como: o Movimento dos Trabalhadores Sem-terra (MST) e a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG).

A pressão dos movimentos sociais fez surgir em 1995, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), bem como a criação do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) em 1999 (PAULA, 2018, p.2873).

Contudo, esses investimentos não foram só maravilhas para os pequenos produtores. Muitos deles fizeram investimentos em maquinários e produtos e ainda assim não obtiveram lucros suficientes comparáveis às grandes produções dos grandes latifúndios. Em muitos estados, muitos pequenos produtores se viram em posição de ter que abrir mão das suas terras, pela baixa produção, dívidas e pela falta de mão de obra barata.

Dessa forma, é razoável admitir que a dificuldade de contratar trabalho seja mais aguda para os agricultores que operam “a pequena produção rural”. Esses possuem uma reduzida margem de manobra para se adaptar à realidade. E, ao não contar mais com a mão de obra familiar, a contratação externa torna-se onerosa diante da capacidade fragilizada da unidade familiar em produzir excedentes econômicos compatíveis e arcar com esses custos (TOLEDO; TONI, 2016, p.102).

Assim, reduz-se cada vez mais o número de pequenos produtores, o número de produção de variedades de cultivos e aumenta o de grandes propriedades e de monocultura.

2.2 O NOVO PERFIL DA MIGRAÇÃO RURAL: A MAIS NOVA ONDA DE MIGRAÇÃO

Com todas essas mudanças, algo que chama muito a atenção é o novo perfil e motivações dos grupos que agora deixam o campo, embora a motivação maior ainda seja a mesma: busca de melhores condições e possibilidades de ascensão social e econômica. Chama atenção também o fato do predomínio feminino nas migrações, que segundo Camarano e Abramovay (1999), dificulta a realização dos casamentos no campo, dando origem ao celibato no meio rural e, desta forma, a não reposição dessa mão de obra acaba por causar o

envelhecimento da população. O meio rural passa a ter uma nova cara devido à perda desses jovens. O campo passa a ser mais masculinizado e envelhecido.

Maia e Buainain (2015) também discorrem sobre essa questão no trecho a seguir:

Diversos fatores ajudam a explicar esse processo de masculinização da população rural. Primeiro, as transformações das atividades agrícolas, como o uso intensivo de tecnologia e o assalariamento da mão de obra (Anjos & Caldas, 2005). Além de reduzir a exigência de mão de obra, essas transformações privilegiariam a contratação de mão de obra permanente ou temporária masculina, contribuindo para aumentar a segregação de gênero nas atividades agrícolas. (MAIA; BUAINAIN, 2015, p. 12)

Essa nova onda de migração se difere totalmente das observadas nas últimas décadas. Sua formação principal agora são os jovens em idade produtiva, com destaque para as moças. O objetivo principal das mudanças agora são os estudos. Buscam melhores formações e assim melhores opções de trabalhos e salários.

Segundo Carneiro (2007), os rapazes não veem boas possibilidades no campo onde a necessidade de mão de obra é pequena, o trabalho quase sempre é muito penoso e a remuneração muito baixa. Não conseguem, no campo, o padrão de vida, que por causa do maior acesso à internet e a notícias, passa a ser aspirado pelos jovens nessa idade, uma vez que “A internet muda a maneira de estar no mundo porque muda o tamanho do mundo” (STROPASSOLAS, 2007, p. 284). Surgem então as mudanças na necessidade de novos meios de divertimentos e socialização por esses jovens, tal como cinema, shoppings, parques, boates e outros.

Mas é importante observar que apesar dessas muitas razões que levam os jovens a partir, existem também motivos principalmente pessoais e sociais que deixam esses novos retirantes a ponderar essa partida: os costumes. Essas questões de família e de tradição são tão consideradas que alguns acabam por optar em ficar no meio rural. No meio rural, como já é de conhecimento, questões de costumes e tradições são levadas muito a sério, o que dificulta um pouco a saída de jovens para as cidades. Normalmente nessas famílias, principalmente os filhos mais velhos herdam a responsabilidade de continuar com o negócio da família e como ultimamente são poucos os filhos, esse fica com essa responsabilidade.

Já para as moças, como veremos na seção seguinte, as opções também são poucas, mas veem melhor oportunidade na cidade. Essa questão dos costumes e tradições no meio rural proporciona às meninas um papel muito aquém do que almejam nos tempos atuais e isso as leva a buscar crescimento pessoal, econômico e social na cidade, pois não conseguem alcançar no meio rural.

2.2.1 A evasão das moças da área rural

Para falar sobre a masculinização no campo é preciso primeiramente entender porque agora as moças são quem mais deixam o meio rural e vão para as cidades. Porque elas têm uma maior necessidade de sair em busca de nova vida fora do campo e em que os costumes e tradições rurais interferem nisso tudo.

É possível observar um grau de estudo maior entre as moças em relação aos rapazes no campo e muitas delas saem para a cidade exatamente para dar continuidade aos estudos e outras para buscar melhores opções de trabalho e remuneração. Os rapazes começam mais cedo no trabalho no campo e muitos deles interrompem os estudos para ajudar nas terras da família. Já para as moças essa responsabilidade com as terras é muito menor.

A questão que pesa muito no ambiente rural são as questões que envolvem tradições e costumes. Tradições essas que deixam as moças em grande desvantagem em relação aos rapazes. A questão da herança é uma delas. Ao dividir a herança, ou seja, as terras, as moças sempre ficam com uma parte inferior e às vezes a menor delas. O rapaz por já trabalhar no cultivo dessas terras e ter a responsabilidade de manter a família, seja a atual ou a que vai constituir quando se casar fica com as melhores partes, as mais acessíveis e mais produtivas.

Essas circunstâncias geram nas mulheres, sobretudo as mais jovens, a necessidade de buscar autonomia através de trabalhos fora da área rural, aperfeiçoar os estudos ou migrar para as cidades. As filhas mulheres, como na maioria dos casos não é herdeira da terra, passam a ser mais estimulada do que os filhos homens, a prosseguirem os estudos, cursar uma graduação (CARNEIRO, 1998). Esse processo na medida em que se intensifica, engendra a migração feminina e a “masculinização” das áreas rurais (CARNEIRO, 2007). (PAULA, 2018, p.4)

Além disso, temos também a questão do trabalho em si. O cultivo e manutenção das terras são de responsabilidade principal dos rapazes. Às moças cabe o papel de ajudar os rapazes, ajudar com os irmãos mais novos se houver e nas responsabilidades da casa em geral: limpar, lavar, passar, cozinhar e outros.

Na agricultura familiar, além do trabalho na casa, as mulheres participam do trabalho na agricultura e se responsabilizam pelo “quintal”, onde podem realizar atividades agrícolas (hortas, pequeno roçado para consumo, transformação de alimentos) e o trato dos animais, especialmente aqueles de pequeno porte destinados ao consumo direto da família. Estas atividades não são consideradas como trabalho porque não são contabilizadas em termos monetários. Com isto, também não é considerado como trabalho o esforço que demanda a sua realização, nem mesmo nos casos em que a existência desses produtos contribui, como todos os outros, para conformar a renda da unidade familiar, seja via consumo direto ou via venda. Em outras palavras, para a

mulher rural em regime de economia familiar, o trabalho agrícola é uma extensão das suas tarefas domésticas, e, portanto, não considerado como “trabalho”. (HEREDIA,2006, p.4)

É fácil assim entender a saída dessas jovens. Para muitas, esse papel de coadjuvante, como foi o da mãe e das avós, com muito trabalho e pouco ou nenhum reconhecimento já não é mais suficiente. É na cidade que encontram a possibilidade de ter uma posição de mais destaque, de maior valorização social e financeira.

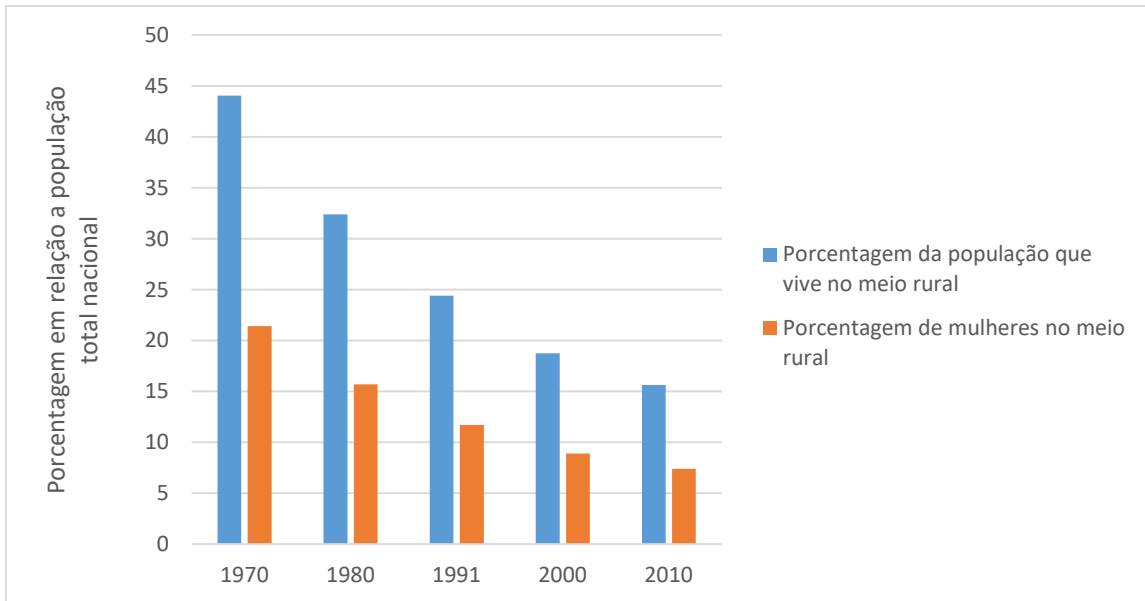
As que se mudam somente para trabalhar encontram na cidade a chance de ter sua renda, de ser independente financeiramente e isso é muito importante para as moças que decidem sair do campo, pois não possuem isso em casa. As moças, como não tem uma participação direta no cultivo e as atividades de casa não são remuneradas, acabam não tendo renda, dependendo totalmente dos pais e às vezes dos irmãos mais velhos. E é exatamente essa dependência que leva a maioria das moças em direção à liberdade financeira na cidade, como sugere MAIA E BUAINAIN (2015).

Ultimamente uma das principais razões tem sido também a continuidade nos estudos. A possibilidade de concluir um curso superior, ter uma boa profissão e ser mesmo independente. A ideia de que é possível crescer financeiramente sem ter que depender dos pais, irmãos ou marido.

Percebemos, então, uma relação de ambiguidade do jovem em relação à família: ao mesmo tempo que ela representa um espaço de proteção, de conforto e enraizamento social, é também um espaço onde vivencia as restrições mais severas à realização de seus desejos. (CARNEIRO,2007, p.78)

Entra aí também as questões sociais do campo, onde as moças não têm autonomia nenhuma sobre elas mesmas. Enquanto são solteiras têm a responsabilidade de ajudar a mãe na casa, cuidar dos irmãos mais novos e ajudar no cultivo das terras quando preciso e não ter renda nenhuma com isso, pois só os irmãos que realmente recebem parte dos resultados da venda das colheitas. Quando se casam praticamente nada muda. A diferença é que agora a casa e as responsabilidades delas são só suas, e ao invés dos irmãos mais novos agora são os próprios filhos.

A vida na casa dos pais, como ajudante da mãe, é como se fosse um treinamento para a vida de casada, quando assume toda essa responsabilidade sozinha. É exatamente dessa continuidade que essas moças fogem. De muito trabalho e pouquíssimo reconhecimento seja social ou financeiro.



Fonte: Elaborado pela autora – Dados Censos Demográficos IBGE

Gráfico 2 - Porcentagem de mulheres no meio rural no Brasil- 1970/2010

Nota-se pelo gráfico 2 como vem diminuindo ao longo dos anos a porcentagem de mulheres vivendo no campo, assim como toda a população rural no mesmo período. A balança de decisão feminina sobre a imigração vem pendendo totalmente para as regiões urbanas e suas vantagens a elas oferecidas.

2.2.2 A masculinização da população rural

As tradições e costumes rurais não afetam somente as moças quanto à decisão de migrar ou não para a cidade. Para os rapazes, principalmente os filhos mais velhos, pesa a responsabilidade de dar continuidade nos negócios da família. São eles que cuidam e continuarão cuidando de grande parte da produção à medida que o patriarca da família vai envelhecendo.

Esses rapazes normalmente possuem menos anos de estudo, pois boa parte deles abandona a escola para ajudar em casa na produção. Assim, além da responsabilidade que eles têm com as terras, pesa ainda o fato de que com pouco estudo as chances na cidade de um bom emprego são bem pequenas, de certa forma, acaba sendo melhor permanecer no ambiente rural.

A grande questão da masculinização rural é exatamente essa. Os rapazes têm um maior incentivo a permanecer no campo, além de um maior custo emocional e social a pagar para abandonar os negócios da família. Acabam ficando. Para as moças, é muito mais conveniente a partida. Muitas evitam voltar ou se casar e constituir família no campo por anseio de uma vida com mais autonomia, mais conforto e melhores condições na cidade.

Aumenta-se assim o número de rapazes em relação aos das moças no campo e esses rapazes, alguns demoram a se casar, outros nem se casam. A razão pela qual o campo vai se tornando masculinizado. E não só o campo, como Abramovay (1998) sugere, como também os pequenos municípios do interior, que são também prejudicados por depender direta ou indiretamente dessa mão de obra nos cultivos locais.

2.3 O ENVELHECIMENTO DA POPULAÇÃO RURAL

Segundo Moreira (2015), o envelhecimento populacional pode se dar devido a alguns fatores que influenciam direta ou indiretamente na formação da população. Esse envelhecimento populacional pode ocorrer dado uma redução no número de jovens na população local sem que haja, necessariamente, um aumento no número de idosos. Ocorre também quando há uma diminuição na taxa de fecundidade, onde as crianças passam pela juventude, a fase adulta e vão para a velhice sem que haja uma recomposição nas fases iniciais. Podemos falar também da questão da sobrevida, pois quando há aumento na expectativa de vida, ou seja, os idosos vivem mais, tende a aumentar a quantidade de pessoas nessa faixa de idade. E por último, como estamos falando da população rural, pode-se incluir o próprio aumento no número de idosos dado a volta desses para o meio rural quando se aposentam.

No caso do envelhecimento da população rural, como também explica Buainain et al (2014), podemos observar a ocorrência de todos estes fatores, como já um pouco explicitado no começo dessa monografia. Observa-se a ocorrência da diminuição no número de jovens que vão para as cidades em busca de melhores oportunidades; a diminuição da taxa de fecundidade, ou seja, os casais tendem a ter menos filhos; os idosos estão vivendo mais por estarem vivendo relativamente melhor e há ainda esse incremento populacional dos idosos que retornam para o campo.

Com a saída dos jovens a população que permanece no campo é formada por adultos e idosos. Idosos esses que atingem cada vez mais a longevidade, graças aos avanços da medicina, de pesquisas em relação à saúde, às melhores condições de vida agora também no campo e as questões governamentais que com aposentadorias e outros ajudam essas pessoas a terem uma vida mais confortável no meio rural.

Nas áreas rurais quase que dobrou o número médio de aposentados ou pensionistas (de 0,25 membros por domicílio em 1991 para 0,46 em 2010). Este resultado reflete as importantes mudanças implementadas no sistema de aposentadoria rural na constituição de 1988, que ampliou a expansão dos benefícios e favoreceu principalmente as populações mais pobres do país (MAIA; BUAINAIN, 2015).

Com tudo isso, mais o desenvolvimento na atualidade em relação às novas tecnologias, logística e globalização, o campo se aproximou muito da cidade. O desenvolvimento tecnológico aplicado também às produções agrícolas e uma maior necessidade de conhecimento para utilizar essas técnicas fez com que todo o campo se aproximasse da modernização e isso trouxe muitos atrativos ao campo.

O acesso à internet; o fácil acesso as grandes cidades, pois além de melhores vias, grande parte dos moradores rurais possuem carros ou motos e acima de tudo o conforto e bem-estar no campo, próximo à natureza, ar puro e sossego. Muitas pessoas buscam por isso um refúgio no campo quando se aposentam nas cidades. Sejam pessoas que já viveram no campo ou não. A vida para essas pessoas que não dependem do trabalho pesado no campo, e que não querem mais a agitação das cidades se torna muito mais prazerosa no meio rural, ou cidades agrícolas.

Essas cidades agrícolas são pequenos distritos que passaram a ser consideradas cidades, mas que tem como principal renda a produção agrícola. Alguns estudiosos entendem essas pequenas cidades como uma extensão do meio rural, pois assim como o campo elas dependem totalmente em questões financeiras, para organização de festas, eventos e gastos, devido à sazonalidade da produção rural.

Nesse espaço, dito “rural-microurbano”, ou que se constituiria em um “novo espaço rural”, os idosos se diferenciam dos demais pelo fato de desfrutarem de condições de vida e segurança social condizentes com os mínimos vitais necessários à subsistência e reprodução econômica. (DELGADO; CARDOSO JR, 1999, p. 09)

Delgado e Cardoso (1999), descrevem bem esse novo ambiente, o “rural-microurbano”, que se tornou muito importante em relação à formação de vários distritos e vilarejos rurais. Se trata de áreas e populações pequenas, que normalmente dependem em grande proporção da produção agrícola, mas que tem ali mais acesso a algumas comodidades e necessidades de características urbanas. Muitos desses moradores trabalham ou tem algum tipo de relação com a produção rural, inclusive boa parte dos idosos e aposentados.

Mas a questão, como diz Maia (2014), é a preocupação com a oferta de mão de obra rural que, por todo exposto, está diminuindo com o passar do tempo e a população no campo vem ficando mais envelhecida, o que leva a preocupações futuras. Até então não surgiram grandes problemas para as atividades agrícolas por causa dos seus ganhos de produtividade, mas a preocupação é pertinente. No próximo capítulo discutiremos a região da Zona da Mata

mineira, região onde prevalece muitos municípios com atividade predominantemente agrícola, especialmente o café, e que utilizaremos para discutir os temas aqui introduzidos.

3 A REGIÃO DA ZONA DA MATA MINEIRA

É neste contexto, de todas estas características do êxodo rural brasileiro, que será analisada a situação da região cafeeira da Zona da Mata de Minas Gerais. Do surgimento de suas fazendas à sua importante posição hoje como produtor de café. Suas características específicas quanto a população que formou a região, os diferentes tipos de relevo em cada microrregião e no Estado e em que isso pode ter alterado a maneira como os processos de produção são desenvolvidos.

A produção cafeeira é notadamente importante no estado de Minas, principalmente pelos aspectos econômicos, uma vez que é o produto mais cultivado no Estado e é da renda oriunda deste que vivem várias famílias e grandes produtores espalhados pelo interior de suas diferentes regiões. Contudo, sua importância pode ir muito além do campo econômico quando se pensa a possibilidade de esse tipo de cultura facilitar ou assegurar a permanência do homem no campo, diminuindo a força dos atrativos de trabalho nas cidades dada todas as suas características de produção e desenvolvimento, principalmente as da região de interesse desta pesquisa, a Zona da Mata.

A produção é diferenciada de outros produtos de exportação que também chegaram a atingir grande importância como o café. As etapas do cultivo geram uma sazonalidade na dependência de mão de obra nas lavouras, sendo a colheita a fase em que essa demanda é mais alta, ocorre também a questão da dualidade na quantidade anual produzida, pois em geral na produção do café uma boa colheita é sucedida por uma mais fraca. Isso e outros fatores podem gerar uma grande variabilidade de preços, o que pode vir a dificultar investimentos futuros pelos cafeicultores em produtos que melhorem a produção e a forma de cultivo.

A questão das características físicas da região, a questão do relevo, influencia na escolha das espécies e tipos de café que serão cultivados e na forma de cultivo e cuidado das lavouras. As regiões mais planas e de fácil acesso facilita a mecanização dos processos de produção reduzindo a quantidade de mão de obra utilizada e aumentando os ganhos com a produção, uma vez que o gasto com mão de obra na colheita representa em torno de 50% da produção.

As informações sobre a formação da Zona da Mata e o desenvolvimento da produção cafeeira na região ajudam a entender como funcionam o uso da mão de obra e se de fato essas questões influenciam na permanência desta população no meio rural.

3.1 A FORMAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DA REGIÃO

A região da Zona da Mata foi de grande importância no período colonial, pois funcionava como uma barreira natural à fuga do ouro. O crescimento e desenvolvimento da região se deu, como concordam Pinheiro e Queiroz (2012) e também Lamas (2003), Netto (2005), entre outros, pela abertura do caminho novo, por onde o ouro mineiro era levado para o Rio de Janeiro. As vilas começaram a surgir a partir da necessidade de suporte quanto a hospedagens e alimentos por parte dos viajantes.

Com o enfraquecimento da mineração do ouro a região continuou crescendo e se desenvolvendo. Muitas pessoas da atual elite mineira se mudaram com suas famílias para a região da Mata, (OLIVEIRA, 2000), para as terras que conseguiam através das cartas de sesmarias cedidas pelo governo, para se aventurar na produção do café que vinha se desenvolvendo fortemente nas regiões de fronteira entre o Rio de Janeiro e Minas Gerais e no sudeste em geral.

Até por volta de 1930 toda a região da Zona da Mata se desenvolvia em torno da cafeicultura, que era o principal dinamizador da economia local e o crescimento econômico desta produção impulsionou o desenvolvimento industrial na região, (DINIZ, 2005). Após essa época, por volta dos anos 1950, com o enfraquecimento da produção na região, o dinamismo da indústria conseguido com a alta renda da cafeicultura, principalmente em Juiz de Fora, começa a diminuir. Uma parte por causa da centralização das negociações de venda do café, no Rio de Janeiro, que fazia com que boa parte das divisas ficassem por lá, outra por causa da transferência da capital mineira de Ouro Preto para Belo Horizonte, que gerou muitos gastos para o estado e conseqüente aumento das tributações, o que deixou a Zona da Mata, de certa forma, desamparada, além da forte expansão da produção do café no Paraná.

No caso de Juiz de Fora, para Netto e Diniz (2005) a implantação de ferrovias e melhoramento das rodovias em toda a região também influenciou para uma maior desaceleração da cidade e seu enfraquecimento como polo regional, uma vez que os outros distritos não dependiam tanto dela para fazer o envio da produção ou para compras já que podiam fazer direto no Rio ou em São Paulo, que se encontravam em grande expansão com grandes indústrias de maior capacidade, dificultando a concorrência para os produtos industriais da região.

O enfraquecimento da cafeicultura fez com que algumas das cidades da região comesçassem a modificar os tipos de plantações e investimentos, aumentando a variedade de produtos oferecidos. Fez também com que a Zona da Mata se tornasse a região com as cidades

de maior povoamento, pois as pessoas se evadiam do campo devido as dificuldades enfrentadas na agricultura.

Apesar dessa evasão ter sido sentida por vários distritos, o enfraquecimento do café, porém, não foi muito notado na parte norte da região, que envolve os municípios de Manhuaçu, Manhumirim, Caparaó, Abre Campo e outros. Essa parte da região não abdicou totalmente das plantações de café e se mantém até os dias atuais com lavouras novas e produções de qualidade. (NETTO; DINIZ, 2005).

3.1.1 Breve histórico da ocupação da região

A povoação na região da Zona da Mata foi feita a partir da abertura do Caminho novo e era formada por grandes proprietários, detentores de grandes proporções de terras. Segundo Mônica Ribeiro de Oliveira (2000) e Lamas et al (2003), a formação dessas grandes propriedades na região teve início com as concessões de sesmarias. Como eram entregues várias dessas cartas para pessoas da mesma família, acabou por facilitar o desenvolvimento desses tipos de propriedades, contrariamente ao que acreditam alguns escritores, como Daniel de Carvalho, que dizem ter havido na região a predominância de apenas pequena e médias fazendas.

As fazendas produziam vários tipos de plantações e criavam animais para o consumo interno e para a venda na região. As primeiras lavouras de café vieram a surgir por volta de 1809 a 1830, criando e transformando a Zona da Mata em uma das importantes regiões cafeeicultoras estaduais e nacionais. “(...) desenvolvimento da cafeeicultura não só será responsável pelo povoamento e ocupação da Zona da Mata, mas, também da reorganização da economia de Minas Gerais e seu principal sustentáculo durante décadas. ” (NETTO; DINIZ, 2005, p. 9349).

O desenvolvimento e a forma de produção que predominou na cafeeicultura da região se diferenciou dos outros estados produtores no que diz respeito ao seu financiamento inicial que foi todo sustentado com capital interno da região, direta ou indiretamente (OLIVEIRA, 2000, p.262). A região conseguiu um alto grau de desenvolvimento totalmente independente, impulsionada pelas condições econômicas internas, diferentemente do processo de outros estados e regiões.

Ou seja, a estrutura agroexportadora da Zona da Mata foi capaz de gerar um aparelhamento bancário, que foi se desvinculando, aos poucos, da dependência que a Mata tinha com o crédito externo à região, principalmente das casas creditícias do Rio de Janeiro. A partir de 1890, muito embora permanecesse a função comercializadora, a figura do comissário como financiador vai, paulatinamente, dar lugar aos bancos e a capitalistas da própria Mata. (LAMAS; 2003; p. 18)

Essa condição para se auto financiar foi possível dada a característica da população local, que era formada principalmente por parcela da população vinda da região aurífera, que com o enfraquecimento da mineração, buscaram novos investimentos nessa região que apresentava grandes oportunidades.

Uma característica dessa população que ajudou no fortalecimento econômico para a sustentação e crescimento da cafeicultura local foram os costumes da época na região. Os jovens herdeiros dessas famílias afortunadas casavam-se entre si, o que garantia a permanência e aumento das fortunas dentro das famílias. Esse e outros tipos de arranjos sociais fortaleciam as famílias no nome e economicamente, facilitando assim a acumulação que garantiu o crescimento da produção cafeeira na região.

Do total de casamentos realizados pela elite agrária local, encontramos a maior percentagem de uniões por aliança/afins, espiritual configurando a importância dos arranjos matrimoniais. Neste grupo incluímos as uniões entre pessoas afins, com algum vínculo de parentesco não consanguíneo, aquelas realizadas através das relações de compadrio (espirituais), bem como, aqueles casamentos que referendavam claramente uma aliança entre duas ricas famílias, com ou sem laços de dependência expressos. O segundo maior grupo de casamentos revelou-se entre os consanguíneos de até sexto grau, sejam de primos entre si, ou entre tios e sobrinhas. Por último, encontramos um terceiro grupo, bastante reduzido de uniões onde não se percebeu nenhuma ligação anterior entre os cônjuges. (OLIVEIRA,2000, p.277)

“A reprodução social e econômica passaram a constituir uma verdadeira rede regional composta por várias conexões matrimoniais, transformando a rede familiar numa rede de negócios bastante lucrativa.” (OLIVEIRA, 2000, p.275). Conseguiram assim manter e as vezes aumentar os patrimônios e com essa acumulação, grandes produtores puderam investir na construção da Rodovia União e Indústria, por exemplo, que foi um grande salto para a cafeicultura na região, pois era uma das maiores e principais dificuldades encontradas pelos produtores nessa época era a questão do transporte do produto para ser comercializado no Rio de Janeiro.

Para este tipo de transporte era preciso manter tropas de bestas e pessoas capazes de fazer esse tipo de viagem, que além de muito demorada, por volta de quatro dias, ainda era muito perigosa, dada as características físicas da região que dificultava não só o transporte em si, mas também a proteção da carga. (PINHEIRO E QUEIROZ, 2012). Com a nova rodovia a mercadoria podia ser levada com muito mais segurança e agilidade, diminuindo significativamente os gastos dos produtores.

A inauguração da Rodovia União e Indústria em 1861, interligando Juiz de Fora a Petrópolis, produziu grande impacto no processo de expansão da cafeicultura na região. Juiz de Fora, que já funcionava como centro catalisador da produção cafeeira regional, ampliou suas funções, tornando-se o polo econômico, político e social da Mata. Encontramos diversos fazendeiros que, através da compra de ações da Companhia, investiam no sistema de transportes. (OLIVEIRA, 2000, p.271)

Assim, a estrada União e Indústria surgiu a partir da necessidade de facilitar o escoamento do produto para o Rio de Janeiro e foi possível dado o grande interesse dos cafeicultores da região em agilizar e tornar mais rentável a produção do café. Como possuíam muitos recursos, principalmente por causa da expansão da cafeicultura, era vantajoso investir nessa construção, possibilitando assim o significativo desenvolvimento urbano e econômico geral de Juiz de Fora e toda a região, OLIVEIRA,2000).

A região foi se desenvolvendo, a princípio pela parte sul e sudoeste, principalmente por Juiz de Fora e, por fim, formando a parte norte. A microrregião norte foi surgindo praticamente como uma extensão das principais cidades da Mata. Sem possibilidades técnicas e tecnológicas para aumentar a produção, a solução era a invasão das matas para ampliar a área plantada já que as terras se esgotavam após muitos anos de utilização. Desta forma, a microrregião foi crescendo, composta principalmente por Manhuaçu, Manhumirim, Abre Campo, Caparaó e outros, comportando as principais características da Mata.

A maior parte da região é ocupada por morros e colinas, entre 500 e 900 metros de altitude, erguendo-se a sudoeste as escarpas da Mantiqueira, e a nordeste os pontões do Caparaó, dentre os quais se destaca o Pico da Bandeira. Predomina o clima tropical de altitude, de verões quentes, nas partes baixas. Os trechos elevados da Mantiqueira e do Caparaó apresentam verões brandos. (NETTO; DINIZ, 2005, p. 9348)

Assim, a princípio, a forma de produção, de acordo com Pinheiro e Queiroz (2012), era feita de modo a utilizar o solo até seu esgotamento e seguir desmatando as áreas, muitas vezes virgens, para a formação de novas lavouras. Era a maneira mais barata para prosseguir com os rendimentos da produção, pois demorou um pouco até que surgissem as novas

tecnologias e inovações técnicas, corretivos de solo e demais benefícios conhecidos hoje pelos cafeicultores.

3.2 A FORMA DE PRODUÇÃO NA REGIÃO

No começo, quando surgiam as primeiras lavouras de café na região, a mão de obra utilizada foi a escrava, até que houvesse a abolição. Foi constatado a presença de número significativo de escravos na região, o que comprova o tamanho da produção e das propriedades. Após esse período, esses escravos e outros empregados permaneceram na fazenda e no cultivo como colonos, moravam nos arredores da propriedade e nelas plantavam alimentos para a própria subsistência e dos donos da fazenda, e faziam os trabalhos da lavoura cafeeira nas safras e entre safras. “A Zona da Mata correspondia a 5% do território da província, detinha 20% do total da população mineira e concentrava, no século XIX, a maior população escrava de Minas.” (OLIVEIRA, 2000, p.261)

A produção nessa época não era tão significativa em termos nacionais, pois os maiores volumes eram produzidos em São Paulo, no Rio de Janeiro e Paraná. Minas Gerais começou a se destacar após a grande geada que prejudicou significativamente as lavouras, principalmente do Sul e outros acontecimentos também por volta dos anos 1970, como o projeto de renovação das lavouras que fez com que esses estados perdessem boa parte da plantação, permitindo que Minas se fortalecesse no mercado, como menciona Ana Rute do Vale (2012) e Simões e Pelegrini (2010).

Até a década de 1970, Paraná e São Paulo ofertavam o maior volume de café, dentre os Estados brasileiros. Contudo, nas décadas seguintes, como decorrência de três processos diferentes, a saber, o Plano de Renovação e Revigoração dos Cafezais, proposto pelo Instituto Brasileiro do Café (IBC), a ocorrência de geadas nas principais áreas de produção do Paraná e São Paulo e a incorporação de extensas áreas de Cerrado para a prática da agricultura, a cafeicultura de Minas passou a apresentar resultados mais expressivos, comparativamente aos demais Estados. (SIMÕES; PELEGRINI, 2010, p.13-14)

Uma boa parte de produtores, principalmente do Paraná, vieram para Minas Gerais por causa das geadas, e deram origem também ao plantio na região do cerrado. A produção nessa região do estado se diferenciou e ainda se diferencia pela quantidade e pela forma de produção, pois as suas características de relevo facilitam a implementação de tecnologias e técnicas de produção, agilizando e facilitando todo o processo desde o cultivo até a colheita. Tudo isso

somado aos produtos que corrigem as deficiências do solo fez com que essa região se destacasse nesse tipo de produção. (SIMÕES E PELEGRINI, 2010)

Os corretivos de solo garantem uma boa produção e a característica da região, não montanhosa, permite que equipamentos e máquinas sejam usadas e adaptadas as plantações com facilidade. Deste modo, o cultivo é mais fácil e a colheita é agilizada. Algumas dessas máquinas fazem na colheita o trabalho de uns 200 homens, o que dá a dimensão da baixa utilização de mão de obra nessa região. (VALE,2012)

Por todas essas características, a região do cerrado se diferencia das outras regiões do estado, pois há baixa utilização de mão de obra e a predominância de latifúndios e grandes proprietários, uma vez que os pequenos e médios produtores perdem a capacidade de concorrência pelo menor poder de investimento em tecnologias para melhoramento da produção e o próprio retorno desses investimentos comparados ao aferido pelos grandes produtores.

Alguns desses pequenos produtores acabaram se mudando para a região sul do Estado, onde as características da região favorecem esse tipo de produção. As muitas montanhas e regiões mais acidentadas impossibilitam a utilização de máquinas e equipamentos, principalmente na colheita, o que faz com que o cultivo ali tenha altos custos por causa da grande utilização de mão de obra e da impossibilidade de substituição desse fator de produção, facilitando a concorrência entre as pequenas e médias propriedades.

A região da Zona da Mata, assim como a sua produção se assemelha em muito à região Sul de Minas, montanhosa e de difícil acesso. A forma de produção predominante, em geral, não se diferencia muito também da praticada a anos atrás. Há a necessidade de alta utilização de mão de obra em todo o processo, da plantação até a colheita.

Preservaram-se os mesmos traços estruturais (já percebidos em outros sistemas agrários exportadores), como a produção de caráter extensivo com incorporação de matas para substituir o emprego de trabalho adicional de recuperação de terras, sem mudança técnica, bem como, a interação de rebanhos, alimentos e café no interior do processo produtivo na fazenda. (OLIVEIRA, 2000, p.271)

A utilização de máquinas é extremamente precária. “Enquanto no planalto paulista as relações de produção na cultura do café evoluíram num sentido capitalista, com o regime de colonato, na Zona da Mata elas regrediram, num sentido semifeudal.” (NETTO; DINIZ; 2005,

p. 9349). E mesmo com a difusão dos avanços tecnológicos muitas novidades não encontram meios para se adaptar a cafeicultura nessa região.

Deste modo, a cafeicultura nesta área se torna muito vulnerável pelas características físicas do local, pela produção em menor escala e pelas legislações ambientais e trabalhistas que, pela complexidade em seu cumprimento, pode dificultar o desempenho do produtor e trazer prejuízos não só econômicos como também sociais dada a importância dessa cultura para a região, como afirma Rufino *et al* (2010).

3.2.1 A utilização de mão de obra na colheita

A mão de obra é muito utilizada nessa região devido as características locais, principalmente físicas. Por ser uma região montanhosa, dificulta consideravelmente a mecanização dos processos produtivos, reduzindo em grande proporção os lucros dos cafeicultores devido ao alto investimento em mão de obra para as diferentes fases da produção. A fase da produção em que mais se demanda mão de obra é a colheita, que dura uma média de quatro a cinco meses, em outras fases o trabalho também é feito praticamente todo de forma manual, porém a demanda é bem menor.

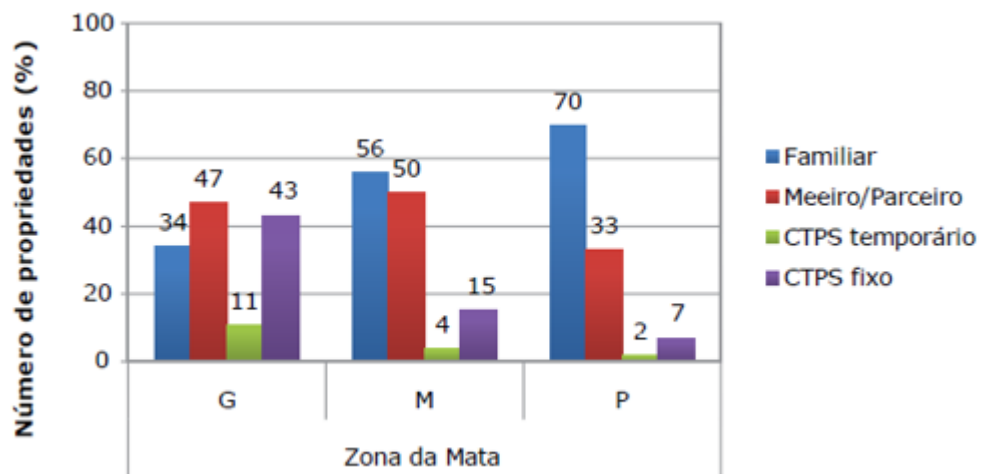
Região	Tipo de Propriedade	Número de pessoas que, em média, trabalham na cafeicultura, segundo as etapas de produção:		
		Manutenção	Colheita	Pós-colheita
Zona da Mata	Grande	14,57	66,87	13,78
	Média	7,62	24,57	5,66
	Pequena	5,56	15,48	4,47
	Total	8,28	30,43	7,10
Sul	Grande	13,61	49,61	12,54
	Média	5,14	21,00	4,91
	Pequena	2,99	15,36	2,72
	Total	6,60	26,70	6,08
Montanhas	Grande	13,91	55,05	12,94
	Média	6,06	22,33	5,20
	Pequena	3,93	15,40	3,36
	Total	7,20	28,02	6,45

Fonte: Extraído de MATOS *et al*, 2010

Tabela 1: Proporção de pessoas que trabalham na cafeicultura, segundo as etapas da produção, por tipo de propriedade.

Como se pode observar na tabela acima de MATOS *et al* (2010), a porcentagem de mão de obra utilizada na Zona da Mata é bem superior a utilizada na região Sul de Minas, o que indica uma maior mecanização desta. Outra curiosidade apresentada é a proporção da utilização deste fator pelas pequenas propriedades que praticamente não varia de uma região para outra, o que tende a confirmar o baixo grau de mecanização nessas lavouras, dado ao menor poder econômico desses produtores.

O principal tipo de mão de obra utilizada, tanto pelos grandes quanto pelos pequenos e médios proprietários na região, é a de meeiros, 47% nas grandes propriedades, 50% nas médias e 30% nas pequenas, segundo Rufino *et al* (2010). Estes meeiros são pessoas que moram ou não nas fazendas e que são responsáveis por uma parte da plantação, dividindo os custos dos produtos utilizados na lavoura e a produção após a colheita.



Fonte: Extraído de RUFINO *et al*, 2010.

Gráfico 3. O tipo de mão de obra mais utilizado de acordo com o tamanho das propriedades.

O gráfico acima representa a distribuição dos diferentes tipos de mão de obra entre as pequenas, médias e grandes propriedades na região. Nota-se que a mão de obra familiar também tem grande participação entre todos os tamanhos de lavouras, principalmente nas pequenas, mas a participação dos meeiros se destaca pela sua grande utilização entre as grandes e médias propriedades.

Outra forma de mão de obra também muito utilizada são os diaristas e “safristás”, que são trabalhadores temporários, contratados normalmente nas fases em que há mais trabalho nas lavouras. Os diaristas costumam ser pessoas da própria região que ajudam na manutenção na

safrista e entressafrista e são remunerados por dia trabalhado, normalmente aos fins de semana. Já os safristas nem sempre são da região, as vezes são de outras cidades e estados e vem para as fazendas nos períodos de colheita, que dura de quatro a cinco meses. Para estes é mais comum o pagamento por produção nos fins de semana, mas também podem receber por dia trabalhado, (VALE, 2012, p.09).

Os pequenos produtores utilizam a mão de obra da família para colheita ou trocam dia de serviço com outros pequenos produtores, os parceiros, diminuindo os custos. “É necessário informar, contudo, que algumas das tradicionais relações de trabalho, a exemplo da permuta de serviços, são passíveis de multa por parte do Ministério do Trabalho, se observadas por fiscais.” (SIMÕES; PELEGRINI, 2010, p.24). Mas é, contudo, a forma mais prática e barata para que possam dar continuidade na produção e dar conta da colheita em tempo hábil, pois o pagamento de funcionário não é viável pelo seu alto custo.

O peso do custo da mão de obra é alto para esses produtores por disponibilizarem menos condições de manobra, por não conseguirem vender o café a bom preço uma vez que não possuem condições de fazer a venda direta e necessitam de atravessadores, intermediadores que pagam abaixo do que poderia ser vendido, diminuindo os lucros desses pequenos proprietários, como cita SIMÕES E PELEGRINI (2000): “Frequentemente, antes de ser exportado ou de chegar às torrefadoras nacionais, o café passa pela mão de intermediários, cuja remuneração é descontada do valor devido aos produtores.” O que deixa esses produtores ainda mais a mercê dos compradores ou atravessadores.

Um exemplo de atravessadores, pessoa ou empresa que faz a ligação comercial do produtor com o mercado, são as cooperativas que, em alguns casos, em vez de fornecer condições para que o produtor melhore a produção e a qualidade do seu produto, funciona apenas para comprar e revender o café dos cooperados, retirando uma margem de lucro que deveria ser para cobrir os gastos da cooperativa, segundo VALE (2012). Quando funcionam dessa forma beneficiam muito pouco o produtor e a pequena margem de lucro que alcançam com a venda não cobrem totalmente com sobras os gastos para a próxima produção, o que faz com que os pequenos produtores estejam sempre atuando com uma margem muito pequena de lucro, o impossibilitando de investir em outros negócios ou mesmo na própria lavoura.

Ainda segundo ela, outros tipos que também funcionam como atravessadores e prejudicam o pequeno produtor são as grandes empresas, muitas multinacionais, que invadiram este mercado. Elas compram as pequenas marcas regionais e as expandem nacionalmente de

forma a centralizar o setor, assim conseguem controlar o preço pelo qual o produtor regional venderá seu produto.

Além do mercado de compra de café ser bem concentrado, impedindo os produtores de conseguir um bom preço pelo seu produto, existe também outro fator que pesa contra eles, são os próprios compradores que testam a qualidade do café que será adquirido, o que abre no mínimo uma margem de dúvida quanto ao valor que recebeu pela venda se é realmente o valor correspondente à qualidade do produto vendido. Em seu artigo, Simões e Pelegrini (2000) mostra essa incerteza por parte dos cafeicultores.

Acresce-se que os preços de remuneração são estabelecidos com base na classificação e prova de qualidade dos cafés, as quais são, geralmente, conduzidas pelos compradores. Por essa razão, a suspeita de que o processo de classificação e definição de preços é pouco transparente permanece, como acusação velada, na consciência de muitos cafeicultores, pois supõem que os compradores subtraem parte do que lhes é devido, quando atribuem pequeno valor aos cafés de ótima qualidade por eles produzidos. (SIMÕES; PELEGRINI, 2000, p.28)

Essas questões acabam pesando muito para os produtores pouco capitalizados, de tal forma que podem chegar no ponto de fazer uma colheita para pagar os custos da anterior dado os altos gastos que tem com a produção e o pouco lucro que consegue aferir com a venda do produto por causa destes percalços, como explica Simões e Pelegrini, 2010.

Os resultados dessa pesquisa permitem perceber que os cafeicultores descapitalizados sentem mais intensamente as deficiências apresentadas pelo Sistema de Comercialização do Café, pois, para honrar seus compromissos, veem-se obrigados, com frequência, a efetuar suas vendas durante os meses em que a saca de café apresenta as menores cotações de preço no mercado. Com poucos recursos para aplicação nas lavouras, as safras subsequentes reproduzem o círculo vicioso da baixa produtividade, má qualidade dos grãos e pequena valorização no mercado. A persistência desta combinação, em uma conjuntura econômica caracterizada pelo elevado preço dos insumos, condiciona os cafeicultores a uma relação de trocas extremamente desfavorável e, como consequência, ao empobrecimento. (SIMÕES; PELEGRINI, 2000, p.26)

3.3 CARACTERÍSTICAS DA ZONA DA MATA E DA SUA PRODUÇÃO NOS DIAS ATUAIS

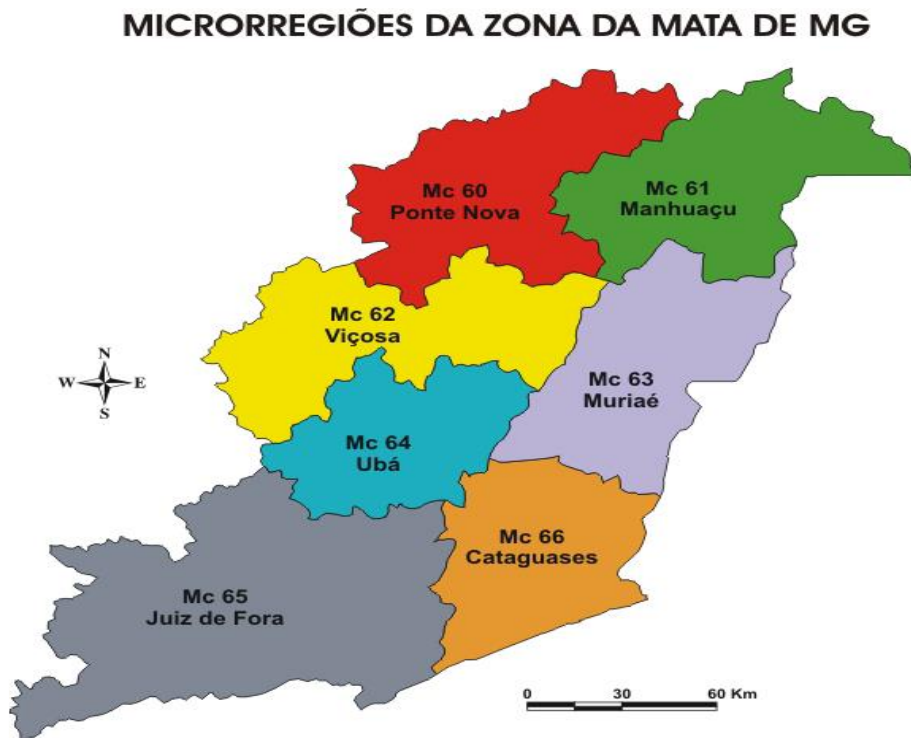
A região da Zona da Mata foi se expandindo juntamente com o aumento das lavouras que invadiram o interior do estado mata a dentro, construindo muitos vilarejos e pequenos distritos. Atualmente, devido ao alto número de emancipações ocorridos principalmente entre 1990 e 2000, segundo NETTO E DINIZ (2005), é constituída de vários pequenos municípios,

muitos com menos de 10.000 habitantes, com algumas poucas cidades com volume expressivo de população. Contudo, a região possui as maiores taxas de densidade do Estado principalmente nas cidades que se desenvolveram ao longo das principais rodovias por onde era feito o escoamento da produção cafeeira. Ainda assim, são poucas as cidades que possuem grande número de população, como observa Castro (2010).

Apesar da Zona da Mata mineira possuir 142 municípios, apenas 9 deles – 6 % do total - Cataguases, Juiz de Fora, Leopoldina, Manhuaçu, Muriaé, Ponte Nova, Santos Dumont, Ubá e Viçosa – possuíam em 2000 uma população superior a 45.000 habitantes. (CASTRO; 2010; p. 02)

Aumentou muito o número de pequenas cidades com baixíssimos números de habitantes, dado o aumento no número de emancipações. Isso facilita a compreensão do porquê de as cidades mais densamente povoadas possuírem números relativamente baixos, como explica CASTRO, 2010.

O IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, dividiu os estados em mesorregiões e em seguida em microrregiões com características físicas semelhantes, desta forma, dada a heterogeneidade da região, a Zona da Mata foi dividida em sete microrregiões segundo Neto e Diniz (2005), como mostra o mapa abaixo.



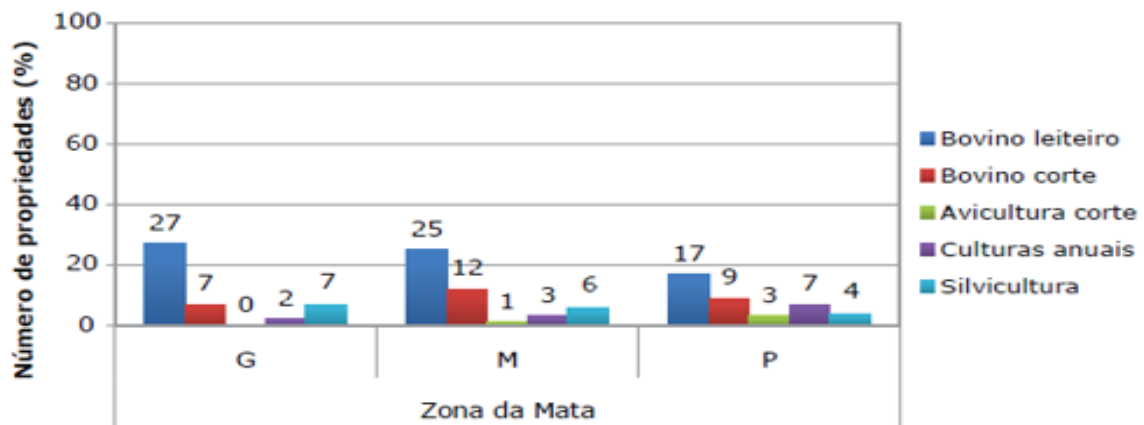
Fonte: Extraído de NETTO E DINIZ, 2005

Gráfico 4. As microrregiões que formam a região da Zona da Mata.

Essas são as microrregiões que se formaram unindo as cidades com mais características comuns, como o relevo, clima, produção e outros, com as maiores cidades representando a região.

3.3.1 As características da produção

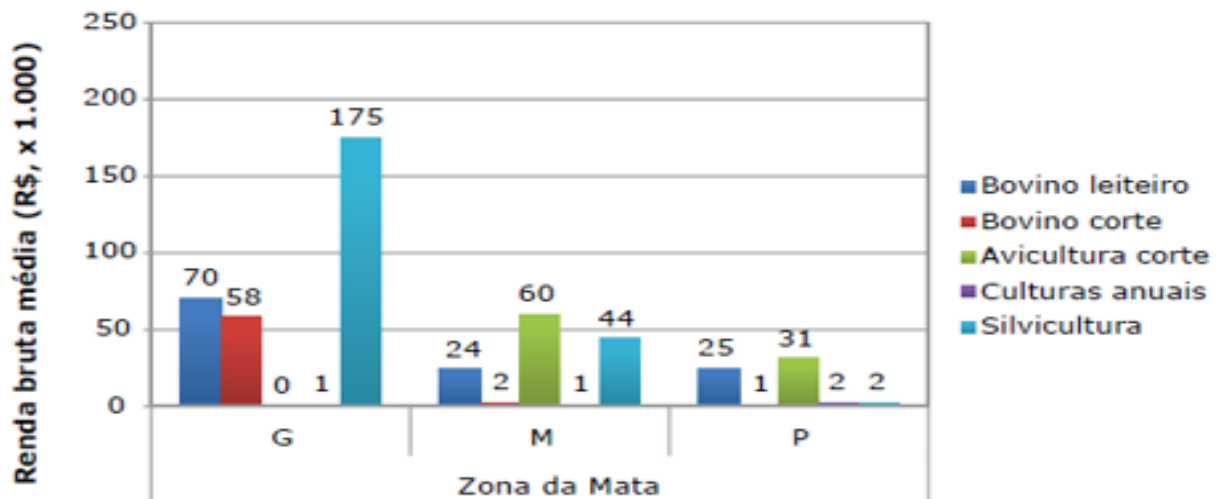
Apesar do café ser o principal produto cultivado, cerca de 44% das propriedades cafeicultoras da região possuem uma segunda atividade econômica, sendo a criação de bovino leiteiro a mais comum entre todos os tamanhos de propriedade, mas observa-se também a criação de bovino de corte, silviculturas, avicultura e culturas anuais.



Fonte: Extraído de RUFINO ET AL, 2010

Gráfico 5. Outras atividades desenvolvidas de acordo com o tamanho das propriedades

Como pode ser observado no gráfico acima, ocorre a predominância da criação de bovino leiteiro em todos os tamanhos de propriedades, seguidos pelo de corte. A silvicultura se destaca em seguida nas médias e grandes, uma vez que as características desse tipo de produção demandam uma disposição maior de área de plantio. Nas propriedades menores, a terceira atividade que se destaca são as culturas anuais, que são, basicamente, os produtos de consumo, como arroz, feijão, mandioca, milho e outros que podem ser utilizados no próprio consumo e no comércio na região.



Fonte: Extraído de RUFINO ET AL, 2010

Gráfico 6. Distribuição da produção conforme a rentabilidade de acordo com tamanho das propriedades

Ainda segundo RUFINO et al (2010), apesar de alguns tipos de culturas serem mais rentáveis, elas não são necessariamente responsáveis pela maior parte da produção na região além do café. São produzidos nas fazendas o tipo de produto que melhor se adapta com a propriedade. Por isso, como se pode observar no gráfico acima, quanto a rentabilidade, para as grandes propriedades a mais rentável é a silvicultura, seguido pelo bovino leiteiro e de corte, e por último as culturas anuais. Nas médias propriedades o destaque é a avicultura de corte, silvicultura e bovino leiteiro sendo baixo a criação de bovino de corte. Para os pequenos, as atividades mais rentáveis, em sua ordem, são avicultura de corte e bovino leiteiro, sendo os outros com muito menos significância em questão de rentabilidade.

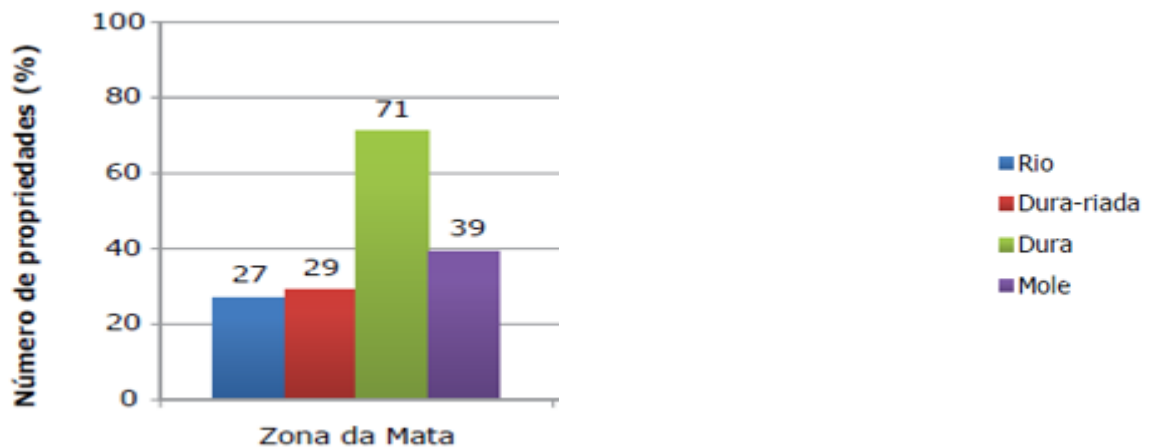
Seguindo esse pensamento e os dados acima, ao analisarmos as características das produções e as características comuns desses tipos de propriedades é compreensível que atividades mais rentáveis não sejam realmente as mais desenvolvidas. Nas grandes fazendas por exemplo, grande parte das terras são ocupadas com os cafezais restando pouco espaço para outras culturas e justificando o destaque da criação de bovino leiteiro que não demanda muita área. Nas médias a situação é praticamente a mesma, além das características próprias de cada propriedade que pode justificar ainda mais a escolha de produção. Sobre as pequenas, como já exposto, seu menor rendimento com a produção principal que é o café, incentiva a produção de produtos para o próprio consumo e venda local diminuindo seus custos e podendo gerar uma renda a mais.

Contudo, a produção de grande destaque econômico na região é mesmo o café. É ele que segura a renda anual das propriedades, mesmo com sua oscilação de preços durante o ano e sua quantidade produzida que enfraquece bienalmente, o que mantém também a esperança de colheita muito farta no próximo ano. Assim, sua importância para a região é de fato notória tanto para os proprietários como para as famílias que trabalham diretamente na produção, mas não só eles, uma vez que toda a área econômica local está de algum modo ligado ao setor cafeeiro.

3.3.2 Características das lavouras e do produto

Os tipos de café mais produzidos por causa da qualidade da bebida que apresenta é o Conilon e o Arábica. Na Zona da Mata o mais produzido é o Arábica, por ser de fácil adaptação e as condições ambientais favorecem muito o desenvolvimento e a qualidade da bebida das variedades desse tipo de produto, entre elas estão principalmente o Catuaí e o Mundo Novo.

Além da qualidade do fruto em si, na venda o produto é classificado também quanto ao seu sabor para assim se chegar ao preço da saca. Alguns dos tipos de bebida que encontramos são: Mole, que é o tipo de café com aroma mais suave, adocicado e equilibrado; Duro, que não incorpora outros sabores mas apresenta um sabor mais áspero e é mais encorpado e o Riado, que apresenta um sabor típico de iodofórmio.



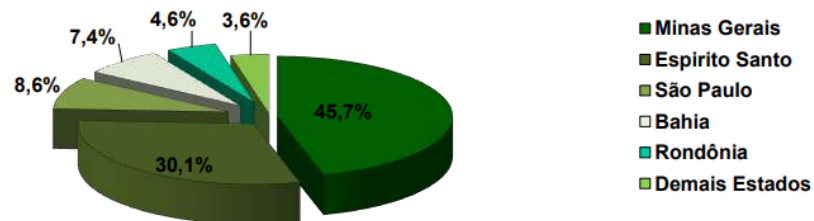
Fonte: Extraído de RUFINO ET AL, 2010

Gráfico 7. Porcentagem dos tipos de bebidas do café produzido na região.

Como mostrado no gráfico acima, a maior parte da produção da região é de bebida de boa qualidade, que alcança melhores preços. De acordo com RUFINO *et al* (2010), 71% das propriedades produzem bebida dura e a bebida dura-riada é produzida por cerca de 29% das propriedades da região, sendo essa última de menor qualidade.

Quanto a quantidade produzida, Minas se destaca na produção nacional, oferecendo quase 50% do produto produzido no país e a Zona da Mata também tem sua participação nesse montante.

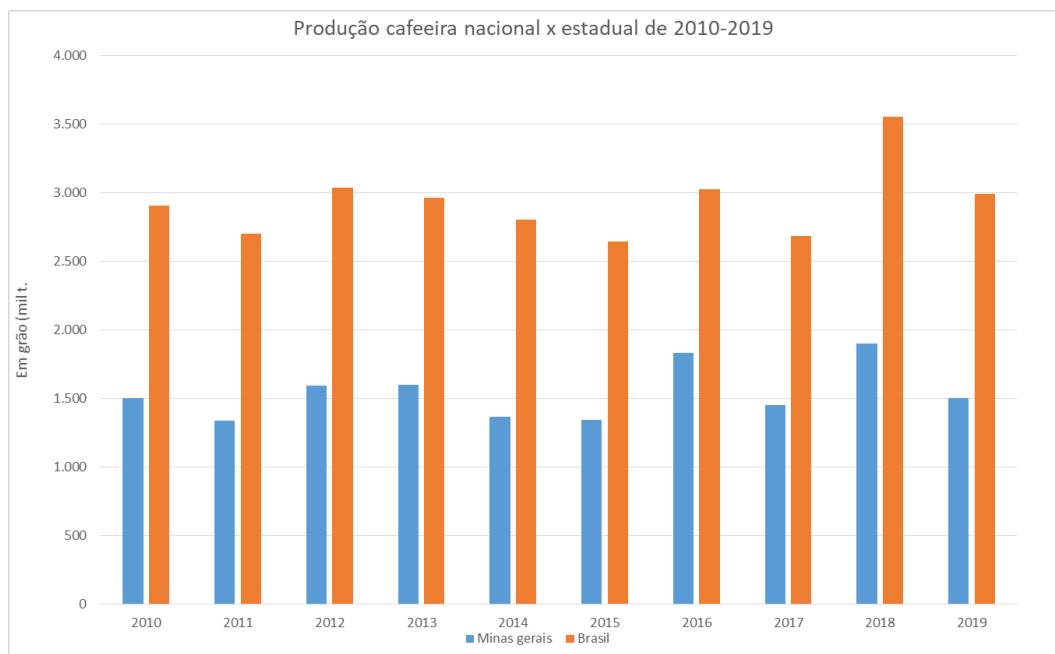
CAFÉ - PARTICIPAÇÃO RELATIVA DOS ESTADOS NA PRODUÇÃO BRASILEIRA - 2021



Fonte: Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – SEAPA

Gráfico 8. Participação relativa dos estados na produção brasileira – 2021

Como se observa, a participação de Minas é muito grande em relação aos outros estados e esses 45,7 % correspondem a uma quantia de 21,4 milhões de sacas de café só no ano passado. Mas isso não foi uma característica só do ano que se passou, como se pode ver no gráfico abaixo, a produção mineira segue significativa ao longo dos anos acompanhando nessas proporções a produção nacional.



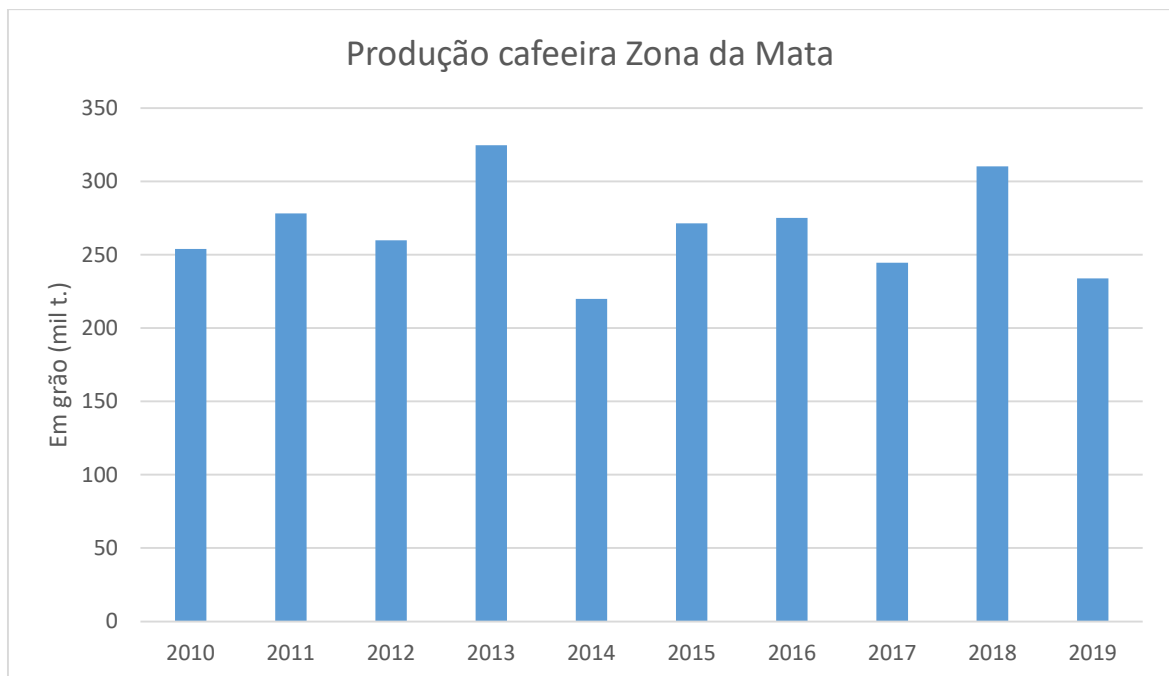
Fonte: Elaborado pela autora - Dados Fundação João Pinheiro- FJP

Gráfico 9. Produção cafeeira nacional e estadual em mil toneladas – 2010/2019.

Como se observa, a produção mineira fica sempre por volta da metade da produção nacional, as vezes mais as vezes menos, dependendo do ano. Uma curiosidade que podemos

observar neste gráfico é a queda na produção no ano de 2014, que embora fosse um ano de alta na produção a quantidade foi menor que no ano anterior de baixa. Isso se deu, entre outros motivos, especialmente pela crise hídrica que o país passou nesse ano. Já o ano de 2018 foi o contrário, a produção deu um salto impressionante. Esse fato foi, entre outros, graças aos avanços tecnológicos, na qualidade das mudas plantadas e condições climáticas favoráveis.

A produção na Zona da Mata não acompanha muito as tendências próprias desse tipo de cultivo: um ano a produção é grande (os anos pares) e no outro a produção é menor (os anos ímpares). Em alguns anos verificou-se a inversão dessa bienalidade na região. Mas apesar disso, podemos ver no gráfico abaixo que apesar dos valores serem diferentes o comportamento dos dados é parecido com o exposto no gráfico acima sobre a produção nacional e estadual.

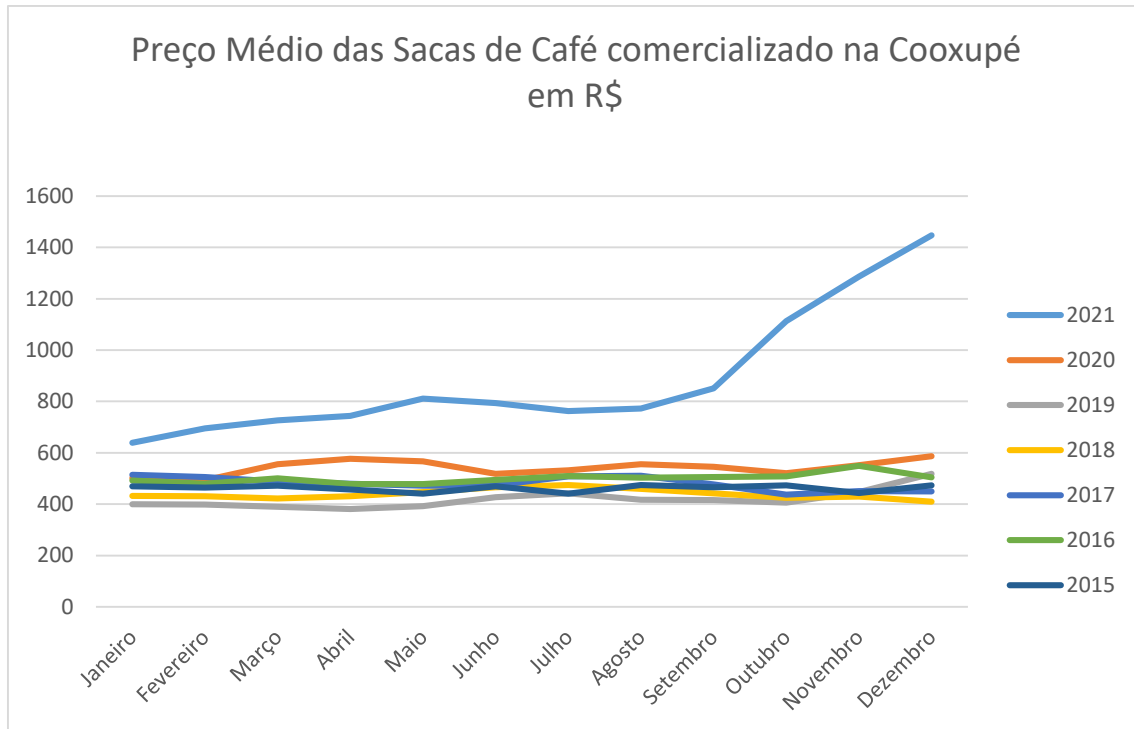


Fonte: Elaborado pela autora - Dados Produção Agrícola – IBGE

Gráfico 10. Produção cafeeira da Zona da Mata 2010/2019.

Como se nota, a questão da bienalidade do café, embora também exista na região, não é muito sentida dado as condições climáticas muito favoráveis ao desenvolvimento da planta, sendo os anos de maior queda, muita das vezes, devido á cortes e podas maiores nas lavouras ou acontecimentos inesperados de mudanças climáticas.

Quanto ao faturamento, os preços da saca de café vêm subindo de ano a ano, dando um salto extraordinário no ano de 2021, dado a Pandemia mundial e as questões político-econômicas nacional. Essa evolução dos preços é mostrada no gráfico abaixo com os dados da Cooperativa Regional de Cafeicultores em Guaxupé LTDA – COOXUPÉ.



Fonte: Elaborado pela autora - Dados Cooxupé

Gráfico 11. Variação dos preços da saca de café em R\$, comercializado na Cooxupé – 2015/2021.

Como se observa, os preços normalmente têm tendência de queda à medida que se aproxima o fim das colheitas, nos meses que variam entre setembro e novembro e voltam a ter tendência de alta no mês de dezembro. Isso se deve ao aumento da oferta do produto logo após a colheita, pois os pequenos e médios produtores normalmente precisam dessa venda para saldar os gastos que tiveram com a produção, obtendo assim menores lucros com o produto.

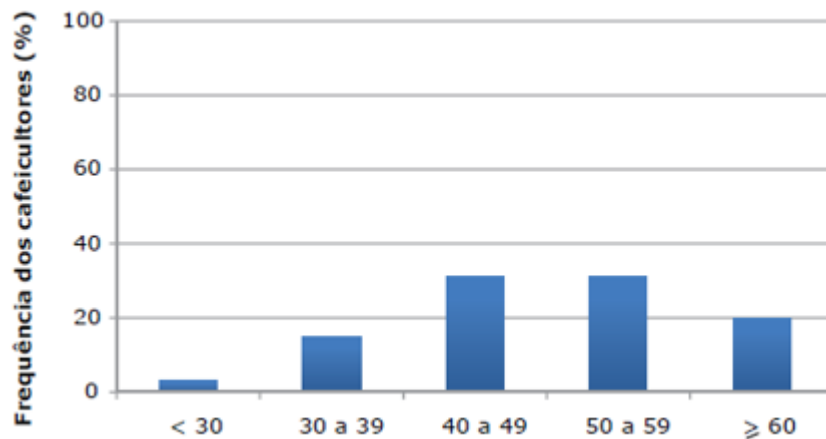
O comportamento das lavouras e dos resultados são, de certa forma, previsíveis de um ano para o outro, o que talvez tranquilize o produtor dando esperança para segurar uma próxima safra e este tipo de cultivo, como foi visto, possibilita a cultivo concomitante de outros tipos de plantações, principalmente para consumo, isso pode explicar em parte a manutenção da mão de obra mesmo quando os rendimentos caem na época da entressafra.

3.3.3 Perfil da população e dos produtores

Os números de integrantes nas famílias rurais diminuíram muito ao longo do tempo. As famílias hoje têm menos filhos e esses filhos são mais escolarizados e muitos se mudam para a cidade mais próxima à procura de emprego ou continuidade nos estudos. Outros continuam morando na zona rural, mas trabalhando na zona urbana o que pode justificar as dificuldades dos proprietários de lavouras quanto a demanda de mão de obra.

Sobre a composição étnica dos cafeicultores dessa região, a maior parte é composta por

homens com idade entre 40 e 60 anos.



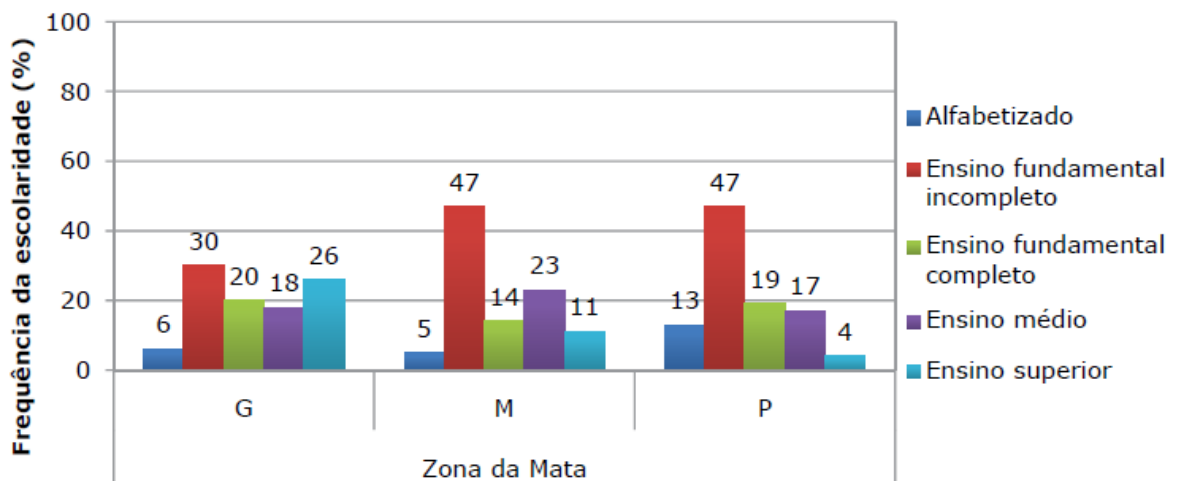
Fonte: Extraído de RUFINO et al, 2010

Gráfico 12. Distribuição dos cafeicultores da Zona da Mata por idade.

Como se pode ver pelo gráfico acima, verificou-se uma maior ocorrência de cafeicultores nas idades entre 40 e 59 anos. Os proprietários normalmente não param de cuidar ou acompanhar a administração dos cafezais, mesmo quando já estão aposentados.

O nível de escolaridade também mudou muito nos últimos anos. Pode se observar pouquíssimas ocorrências de analfabetos e muitos já estão cursando o ensino superior. Com o desenvolvimento das estradas e o maior acesso a informação e tecnologia desenvolveu-se o maior interesse pelo aprendizado e os jovens conseguem estudar em cidades próximas mesmo morando na zona rural.

Quanto a escolaridade do cafeicultor, verifica-se uma melhoria a partir de 1996 (DCMG-96), quando existiam, em média, 17% de analfabetos, 58% com curso primário, 13% com curso secundário e 12% com curso superior. Hoje, não existem analfabetos e cerca de 21% e 22% possuem, respectivamente, os cursos médios e superior. (RUFINO *et al*, 2010, p.57)

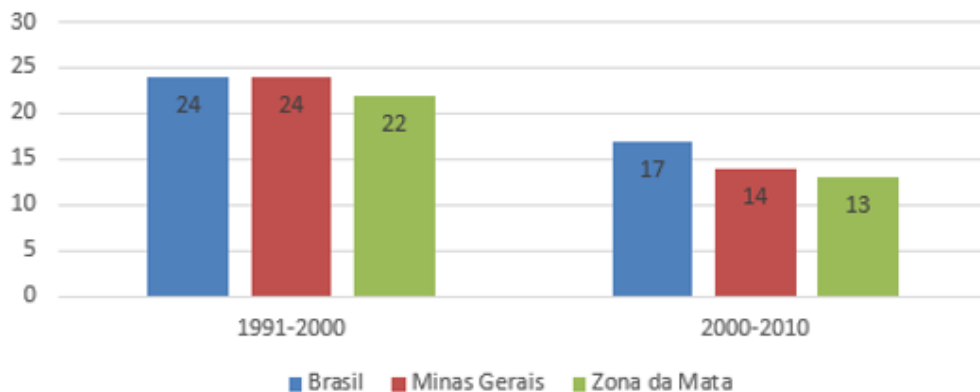


Fonte: Extraído de RUFINO, 2010

Gráfico 13. Frequência dos níveis de escolaridade dos cafeicultores da Zona da Mata de acordo com o tamanho das propriedades.

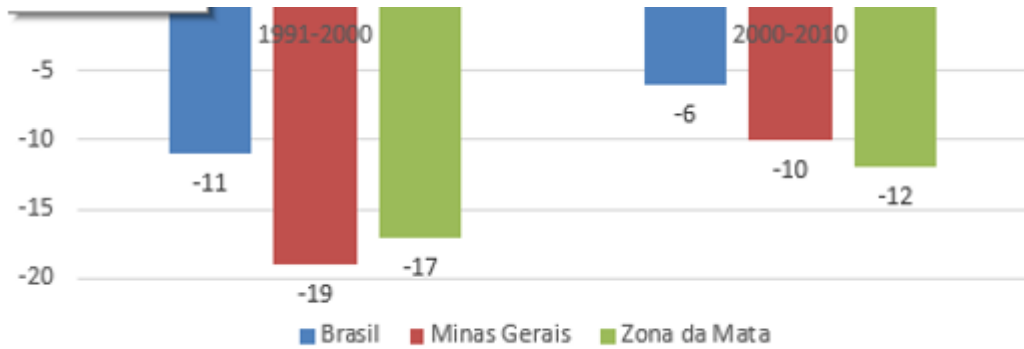
Como se vê, a maioria ainda tem o nível fundamental incompleto, mas se pode observar em todos os tamanhos de lavouras que há também uma frequência boa de produtores com ensino médio completo e superior, principalmente nas grandes propriedades. Com um maior nível de conhecimento a opção por ter menos filhos é a mais tomada, assim como a compreensão da importância do estudo aumentam e pode incentivar os jovens a se mudar para dar continuidade.

Deste modo, o crescimento populacional rural, como exposto nesse trabalho, vem diminuindo ao longo dos anos, pela taxa de fecundidade que diminuiu, os casais optam por ter menos filhos, a evasão dos jovens por questões de estudos ou trabalho, entre outros. Porém o crescimento urbano também vem crescendo em menores proporções.



Fonte: Elaborado pela autora – dados IBGE

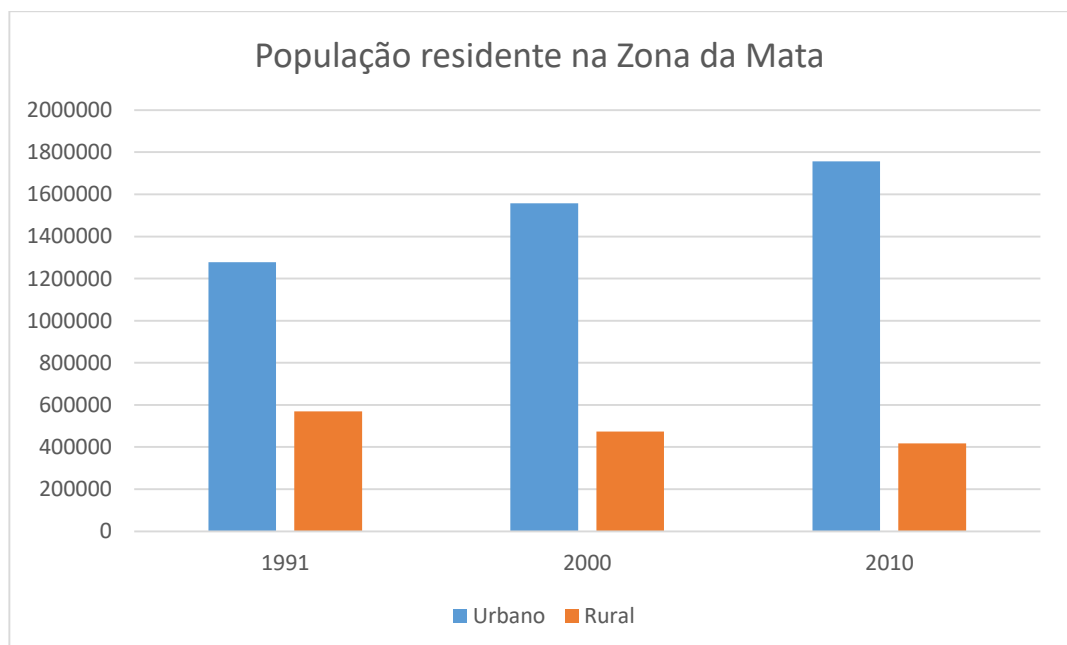
Gráfico 14. Crescimento populacional urbano em %



Fonte: Elaborado pela autora – dados IBGE

Gráfico 15. Crescimento populacional rural em %

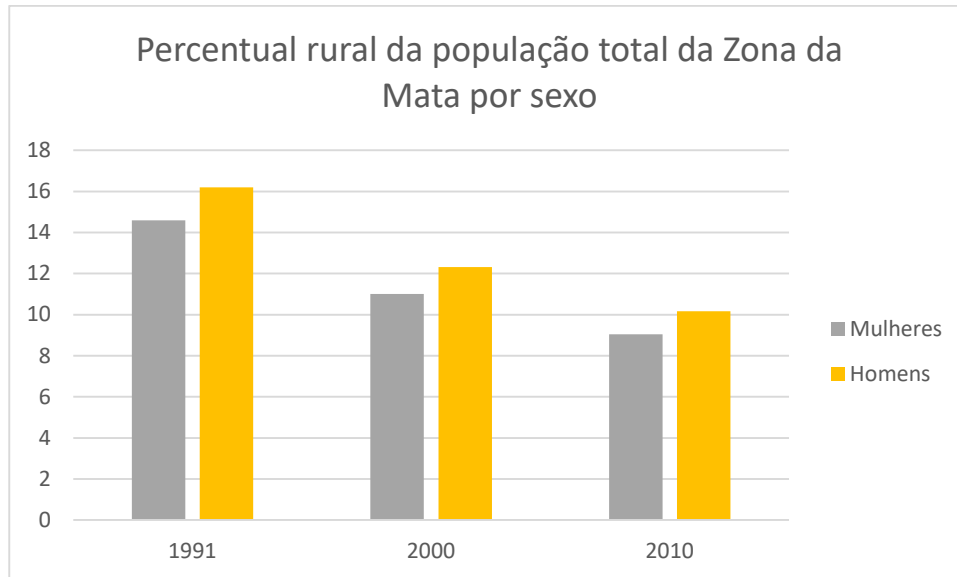
A taxa de crescimento da população rural, como se vê é negativa. A população no campo não tem perspectivas de aumento na população pelas perdas já mencionadas, porém, da primeira fase para a segunda esse valor diminuiu, o que pode sinalizar que essa queda na população pode continuar diminuindo. Fato semelhante também pode ser observado nos pequenos municípios que são ligados ao setor agrícola. O número populacional da cidade não sente mudanças significativas ao longo dos anos.



Fonte: Elaborado pela autora – dados do IBGE

Gráfico 16. População residente na Zona da Mata dividido entre rural e urbano – 1991/2000/2010.

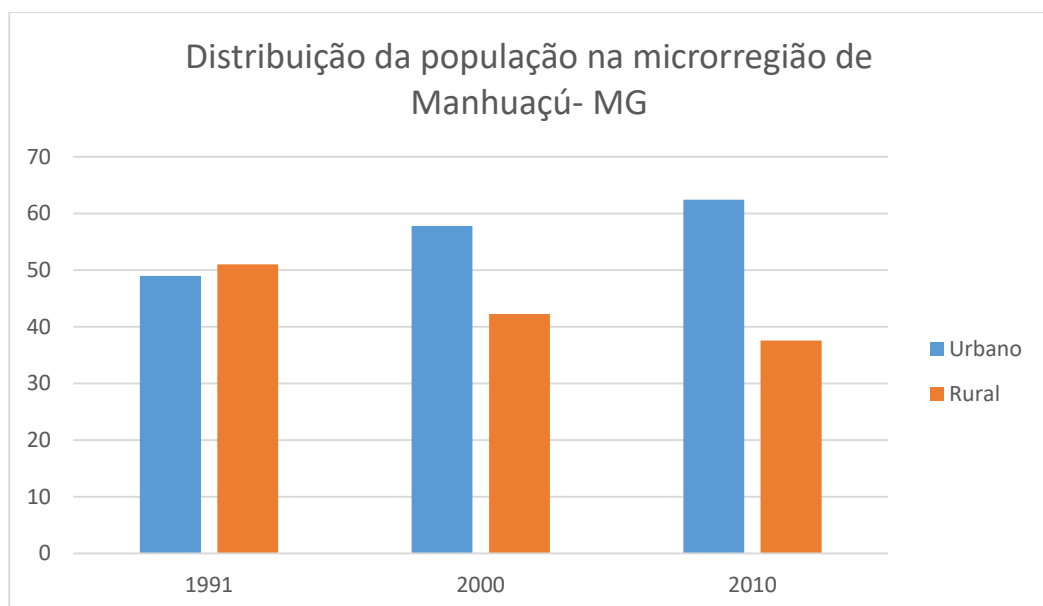
Neste gráfico é possível acompanhar o desenvolvimento populacional ao longo dessas duas décadas. É bem claro o crescimento da população urbana em prejuízo da população rural. Neste também se observa a diminuição na proporção da queda na população de 1991 para 2000 e de 2000 para 2010.



Fonte: Elaborado pela autora – dados IBGE

Gráfico 17. Percentual rural da população da Zona da Mata por sexo – 1991/2000/2010.

A característica da região quanto ao sexo se assemelha as características das regiões rurais onde a maior parte da população é formada por homens, exatamente por se tratar de uma região agrícola que mesmo as cidades têm relação forte com a agricultura.



Fonte: Elaborado pela autora – dados do IBGE

Gráfico 17. Distribuição da população rural e urbana na microrregião de Manhuaçu-MG – 1991/2000/2010.

O gráfico acima mostra como se desenvolveu a distribuição espacial da população dessa região. Como se pode notar, em 1991 o percentual da população urbana era menor que a população rural e isso foi mudando ao longo dos tempos, seguindo as tendências do resto do país.

4 CONCLUSÃO

O objetivo geral do trabalho era verificar se houve e ainda há ocorrência de êxodo rural na região da Zona da Mata em Minas Gerais ou se as características da principal cultura regional, o café, poderia ter atenuado esse deslocamento populacional e direção as cidades, diferentemente do que ocorreu em todo o país.

Observamos que o deslocamento da população rural em direção aos grandes centros se dá principalmente pela busca de melhores condições de vida e de trabalho. Os jovens, que são a maioria dos retirantes nas últimas décadas, se mudam em busca de melhores condições de vida e de trabalho. Na cidade é possível encontrar trabalhos mais leves e com melhores remunerações, além de maiores oportunidades de lazer e socialização.

A educação também desempenha um importante fator motivacional dessa partida, principalmente para as moças. Elas são as que mais deixam o campo dado as poucas e inferiores oportunidades que lhes são oferecidas. Além do trabalho rural ser muito penoso e o trabalho delas não ser reconhecido, em muitos lugares elas não recebem partes iguais aos filhos na herança da família, o que faz com que elas se mudem para a cidade em busca de melhorar sua condição de vida.

Os que normalmente não deixam o campo e que pelo contrário, muitos que se mudaram até voltam, são os idosos. A população mais velha tem incentivos para voltar e para continuar no campo uma vez que agora recebem sua aposentadoria e assim podem buscar uma vida mais tranquila no interior.

Tudo isso faz com que a zona rural fique masculinizada, pois a maioria dos habitantes são homens, o que dificulta a formação das famílias no meio rural e faz com que muitos desses homens fiquem solteiros, o que se chamou de “celibato rural”.

Para entender a Zona da Mata foi feito uma breve análise da produção, do produto e suas características na região. O período que mais se demanda a mão de obra é a colheita, que ocorre, mais ou menos, de maio a setembro. Nesse período os trabalhadores normalmente conseguem obter uma renda maior e a maioria guarda esse dinheiro para os tempos de entressafra, quando a oferta de trabalho diminui e como recebem por dia trabalhado perdem muitos dias de trabalho por causa das chuvas do final e início do ano.

Esse aumento poderia ter sido um fator que ajudasse a segurar a população, principalmente os jovens no campo. Outra característica que também poderia ter essa influência é a possibilidade de se plantar outros produtos com as lavouras de café, produtos para o próprio

consumo principalmente, o que diminuiria os gastos.

O que se pôde observar nas informações pesquisadas, porém, é que o café não segurou a evasão do campo nessa região. Observou-se com o tempo a diminuição da população rural e o aumento da população urbana no local, inclusive na região de Manhauçu que é formada por pequenas cidades.

Há que se falar que este estudo se trata apenas de uma análise inicial do caso. Portanto, para trabalhos futuros, sugere-se uma pesquisa de campo, mais aprofundada que talvez possa identificar outros fatores específicos que expliquem o comportamento populacional dessa região.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, Ricardo. Agricultura familiar e desenvolvimento territorial. **Reforma Agrária, Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária**, v.28 n°s 1,2 3 e 29, n°1 – Jan/dez 1998 e jan/ago 1999. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/ppgdtsa/files/2014/10/Texto-Abramovay-R.-Agricultura-familiar-e-desenvolvimento-territorial.pdf>. Acesso em: 10/12/2020.
- BUAINAIN, Antônio Marcio *et al.* **O mundo rural no Brasil do século 21: a formação de um novo padrão agrário e agrícola**. 1. Ed. Brasília, DF: Embrapa, 2014. Disponível em: https://www3.eco.unicamp.br/nea/images/arquivos/o_mundo_rural_2014.pdf. Acesso em: 10/10/2020.
- CAMARANO, Ana Amélia; ABRAMOVAY, Ricardo. **Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: panorama dos últimos 50 anos. 1999**. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=3929. Acesso em: 13/11/2020.
- CARNEIRO, Maria José. Juventude e novas mentalidades no cenário rural. In: CASTRO, Elisa Guaraná; CARNEIRO, Maria José. **Juventude rural em perspectiva**. Rio de Janeiro: Mauad x, 2007.
- CASTRO, Luiz Fernando Soares de. Dinâmica demográfica da zona da mata mineira e a microrregião geográfica de juiz de fora. **Revista Virtu do Instituto de Ciências Humanas da UFJF**, v. 4, n.5, 2006. Disponível em: <https://www.ufjf.br/virtu/files/2010/05/artigo-3a5.pdf>. Acesso em: 20/02/2021.
- COOXUPÉ – Cooperativa Regional de Cafeicultores em Guaxupé. **COTAÇÕES**. Disponível em: <https://www.cooxupe.com.br/>. Acesso em: 25/01/2021.
- DELGADO, Guilherme da Costa; CARDOSO, José Celso Jr. **O idoso e a previdência rural no Brasil: a experiência recente da universalização**. Rio de Janeiro, IPEA, 1999. 23 p. Disponível em: <file:///C:/Users/USUARIO/Documents/Textos%20envelhecimento%20TCC/O%20idoso%20e%20a%20previdencia%20rural%20no%20Brasil%20a%20experiencia%20recente%20da%20universaliza%C3%A7%C3%A3o.pdf>. Acesso em: 03/08/2020.
- HEREDIA, Beatriz Maria Alásia de. Gênero e acesso a políticas públicas no meio rural brasileiro. **Revista Nera**, vol. 09, n. 8, p. 1-28, janeiro/junho de 2006. Disponível em: <http://www2.fct.unesp.br/nera/revistas/08/Heredia.PDF>. Acesso em: 07/10/2020.
- LAMAS, Fernando Gaudureto; SARAIVA, Luiz Fernando; ALMICO, Rita de Cássia da Silva. **A Zona da Mata Mineira: subsídios para uma historiografia**. In: V CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA ECONÔMICA E 6º CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE HISTÓRIA DE EMPRESAS, 10,2003, Caxambu. **Anais**. Caxambu, 2003. Disponível em: http://www.abphe.org.br/arquivos/2003_fernando_lamas_luiz_fernando_saraiva_rita_almico_-_a-zona-da-mata-mineira-subsidios-para-uma-historiografia.pdf. Acesso em: 10/01/2021.
- MAIA, Alexandre Gore; BUAINAIN, Antônio Márcio. O novo mapa da população rural brasileira. **Revista Confins** [Online], n. 25, Nov, 2015. Disponível em: <https://journals.openedition.org/confins/10548#text>. Acesso em: 25/08/2020.
- MAIA, Alexandre Gori. A contribuição das fontes de rendimento na dinâmica da distribuição espacial de renda no Brasil. **Nova economia.**, Belo Horizonte , v. 20, n. 3, p. 461-490, dez. 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/neco/a/DCSQMsbnKg7fby3rRYwY8S/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 20/01/ 2020.
- MATOS, Ralfo. Migração e urbanização no Brasil. **Revista Geografias**, vol.2, n.14, p. 7-23, jun, 2012. Disponível em:

<https://periodicos.ufmg.br/index.php/geografias/article/view/13326/10558>. Acesso em: 19/08/2020.

NETTO, Marcos Mergarejo; DINIZ, Alexandre M. A. **A estagnação sócio-econômica da Zona da Mata de Minas Gerais: uma Abordagem histórica**. In: X ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, 03,2005, São Paulo. Anais [...]. São Paulo, Universidade de São Paulo, 2005. Disponível em: <http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal10/Geografiasocioeconomica/Geografi aeconomica/29.pdf>. Acesso em: 05/02/2020.

OLIVEIRA, Monica Ribeiro de. **Cafeicultura mineira: formação e consolidação – 1809-1970**. In: ANAIS DO IX SEMINARIO SOBRE A ECONOMIA MINEIRA, 08-09, 2000, Diamantina. Disponível em: <https://diamantina.cedeplar.ufmg.br/portal/download/diamantina-2000/monica.pdf>. Acesso em: 21/03/2021.

PAULA, Larissa Araújo Coutinho de. **Êxodo rural seletivo: reflexões sobre a migração de jovens e mulheres nos espaços rurais**. In: XXIV ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, nov, 2018, Dourados, MS. Anais [...]. Dourados, MS: Universidade Federal da Grande Dourados, 2018. Disponível em: <http://anaisenga2018.comunidades.net/exodo-rural-seletivo-reflexoes-sobre-a-migracao-d>. Acesso em: 05/12/2020.

PAULA, Larissa Araújo Coutinho de. **Êxodo rural seletivo: reflexões sobre a migração de jovens e mulheres nos espaços rurais**. In: VIII SIMPÓSIO SOBRE REFORMA AGRÁRIA E QUESTÕES RURAIS, junho, 2018, Araraquara. Anais. Uniara - Unidade, 2018. Disponível em: https://www.uniara.com.br/legado/nupedor/nupedor_2018/Sessao9A.html. Acesso em: 05/10/2020.

PINHEIRO, Arthur Rodrigues; QUEIROZ, Jonas Marçal de. **A inserção e consolidação da cultura cafeeira na zona da mata mineira no século XIX**. In: XVIII ENCONTRO REGIONAL (ANPUH-MG), 24-27 julho, 2012, Mariana. Anais. Mariana, 2012. Disponível em: https://www.encontro2012.mg.anpuh.org/resources/anais/24/1340746098_ARQUIVO_AINS_ERCAOECONSOLIDACAODACULTURACAFEEIRANAZONADAMATAMINEIRANO_SECULOXIX_textofinal_.pdf. Acesso em: 29/01/2021.

RUFINO, José Luiz dos Santos *et al.* **Caracterização da cafeicultura de montanha de Minas Gerais**. 1.ed. Belo Horizonte: INAES, 2010. Disponível em: http://www.sapc.embrapa.br/arquivos/consorcio/livros/livro_cafeicultura_de_montanha.pdf. Acesso em: 07/02/2021.

SEAPA – Secretaria do estado de agricultura, pecuária e abastecimento. **RELATÓRIOS DO AGRONEGÓCIO: café**. Disponível em: [http://www.reformaagraria.mg.gov.br/images/documentos/perfil_caf%C3%A9_novembro_2021\[1\].pdf](http://www.reformaagraria.mg.gov.br/images/documentos/perfil_caf%C3%A9_novembro_2021[1].pdf). Acesso em: 24/01/2022.

SIMOES, Juliana Carvalho; PELEGRINI, Djalma Ferreira. Diagnóstico da cafeicultura mineira - regiões tradicionais: Sul/Sudoeste de Minas, Zona da Mata, Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba. **Empresa de pesquisa agropecuária de minas gerais (EPAMIG) – Série Documentos**, n.46, p. 56, 2010. Disponível em: http://www.sapc.embrapa.br/arquivos/consorcio/seriedocumentos/sd_diagnostico_cafeicultura_mineira.pdf. Acesso em: 27/01/2021.

STROPASSOLAS, V. L. **O Mundo Rural no Horizonte dos Jovens**. Tese de Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas. Florianópolis: UFSC, 2002. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/82617>. Acesso em: 08/12/2020.

TOLEDO, Eliziário; TONI, Fabiano. Existe um processo de esvaziamento populacional nas regiões rurais brasileiras? **Colóquio, Revista do desenvolvimento Regional**, Faccat, Taquaral/RS, v.13, n.1, Jan./Jun.2016. Disponível em:

https://www.researchgate.net/publication/322944421_Exist%C3%AAa_um_processo_de_esvaziamento_populacional_nas_regi%C3%B5es_rurais_brasileiras. Acesso em: 15/09/2020.

VALE, Ana Rute do; CALDERARO, Rodrigo Alexandre Pereira; FAGUNDES, Francielly Naves. A cafeicultura em Minas Gerais: estudo comparativo entre as regiões Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba e Sul/Sudoeste. **Revista Campo-Terrítório**, [S. l.], v. 9, n. 18, p. 1-23, junho, 2014. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/26933>. Acesso em: 23 jan. 2021.